

CONVERGENCIA

aneiro/Fevereiro 2008 • Ano XLIII • Nº 409

ISSN 0010-8162



- ❖ “Transmiti-vos o que eu mesmo recebi”. O acesso a Jesus e os Evangelhos Apócrifos
- ❖ Reflexões sobre o Carisma da Vida Consagrada e dos Institutos Particulares
- ❖ Criação e Ecologia na Bíblia



CRB

Sumário

EDITORIAL	1
PALAVRA DO PAPA	6
INFORME CRB	13
ARTIGOS	18
"Transmiti-vos o que eu mesmo recebi". O acesso a Jesus e os Evangelhos Apócrifos	18
PE. CLAUDIO PAUL, SJ	
Reflexões sobre o Carisma da Vida Consagrada e dos Institutos Particulares	32
PE. PAULINUS YAN OLLA, MSF	
Criação e Ecologia na Bíblia	44
PE. LUIS I. J. STADELMANN	
Algo sobre o que a Vida Consagrada disse em Aparecida	57
MARIA DE LOS DOLORES PALENCIA	

A ilustração da capa da Convergência de janeiro-fevereiro de 2008 é do artista Anderson S. Pereira, MSC. Uma pequena gota d'água, se lançada em movimento, torna-se força geradora de energia e vitalidade. Associada à Cruz de onde se desprende, fortalece nossa opção para o seguimento radical de Jesus Cristo. Discípulas e discípulos seus, precisamos da coragem de nos lançarmos e mergulhar em novas realidades, com renovada força criativa e fiel.



CONVERGÊNCIA

Revista Mensal da Conferência dos Religiosos do Brasil - CRB
ISSN 0010-8162

DIRETORA RESPONSÁVEL

Ir. Márian Ambrósio, DP

REDATOR RESPONSÁVEL

Pe. Marcos de Lima, SDB
(Reg. 12679/78)

EQUIPE DE PROGRAMAÇÃO

Coordenadora

Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI

Conselho Editorial

Ir. Alia Luiza Pinheiro de Andrade, NJ
Pe. Francisco Taborda, SJ
Pe. Jaldemir Vitorio, SJ
Pe. Cleto Caliman, SDB

DIREÇÃO, REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Rua Alcindo Guanabara, 24/4º andar
20038-900 - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (21) 2240-7299
Fax (21) 2240-4486
E-mail: crb@crbnacional.org.br
www.crbnacional.org.br

Registro na Divisão de Censura e
Diversões Públicas do PDF
sob o nº P. 209/73

Os artigos assinados são de responsabilidade pessoal de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da CRB como tal.

Assinatura
Anual
para 2008

Brasil: R\$ 84,00
Exterior: US\$ 84,00 ou o correspondente em R\$ (Reais)
Números avulsos: R\$ 8,40 ou US\$ 8,40

Editorial

“Justiça e Paz se abraçam”

MARIA CARMELITA DE FREITAS, FI

A paz mundial é tema que continua a merecer destaque no cenário político internacional e no cotidiano das pessoas. Há uma preocupação inegável com os rumos que as relações entre os povos nos vários continentes vêm tomando, bem como a incontável escalada da violência nas suas formas institucionais e banalizadas, que ocorre hoje. A vida humana e a vida do cosmo estão cada vez mais fragilizadas e ameaçadas.

Na sociedade atual, são numerosas as situações e os desequilíbrios que concorrem para gerar e alimentar esse estado de coisas. O sistema neoliberal vigente, com os vários ídolos que produz (o mercado e suas leis, o afã do lucro desmedido, a ética da eficácia, o consumismo como referencial, o hedonismo invasivo) é sem dúvida um dos principais fatores que estão na raiz do problema. Não é possível cultivar a paz, sem plantar a justiça na terra. Há uma indiscutível ligação entre esses dois bens universais, como canta o salmista. “Justiça e paz se abraçam” ou, como afirma categoricamente Paulo VI: “Se queres paz, luta pela justiça.” E a justiça hoje tem o rosto da não-violência, desenhado a partir do respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana e dos povos.

O intuito de oferecer uma sólida contribuição para a construção da paz duradoura no mundo, é precisamente o objetivo da Jornada Mundial pela Paz, instituída em 1968 e celebrada cada ano no dia 1º de janeiro, tratando de unir todas as pessoas de boa vontade nesse mutirão universal pela Paz. Os últimos Pontífices têm procurado dar a contribuição da Igreja Católica para esse mutirão, abordando a temática na suas muitas vertentes e nas suas decorrências de ordem prática. A Jornada Mundial da Paz de 2008, tem como tema **“Família Humana, Comunidade de Paz”**. Com esse tema, a mensagem trata questões de enorme atualidade e urgência para a Paz mundial. Lembra que “os povos da terra também são chamados a instaurar entre si relações de solidariedade e colaboração, como convém em membros da única *família humana*”. Estabelece relação entre a família humana e a ecologia, indicando que assim como “a família precisa duma casa, dum ambiente à sua medida onde tecer as próprias relações, no caso da família humana, esta casa é a terra, o ambiente que Deus criador nos deu para que o habitássemos com criatividade e responsabilidade. Devemos cuidar do ambiente: este foi confiado ao homem, para que o guarde e cultive com liberdade

responsável, tendo sempre como critério orientador o bem de todos". "A tal propósito, é fundamental *sentir a terra como nossa casa comum* e escolher, para uma gestão da mesma ao serviço de todos, a estrada do diálogo em vez de decisões unilaterais". O Pontífice insiste também na necessidade de relações de justiça entre os povos: "De fato a família humana, que hoje aparece ainda mais interligada pelo fenômeno da globalização, além de um alicerce de valores compartilhados tem necessidade também de uma economia que corresponda verdadeiramente às exigências de um bem comum com dimensões planetárias". No final da Mensagem, o Papa faz um veemente apelo aos dirigentes da nações pela superação dos conflitos bélicos em curso hoje na sociedade e para que cesse a corrida armamentista: "A humanidade vive hoje, infelizmente, grandes divisões e fortes *conflitos que lançam densas sombras sobre o seu futuro*". E acrescenta: "Nesta fase em que o processo de não proliferação nuclear marca passo, sinto-me no dever de exortar as Autoridades a retomarem, com mais firme determinação, as conversações em ordem ao *desmantelamento progressivo e concordado das armas nucleares existentes*. Ao renovar este apelo, sei que dou voz a um desejo compartilhado por quantos têm a peito o futuro da humanidade."

A VR não pode ficar ausente nesse mutirão pela Paz. Ao contrário, está chamada a marcar presença viva e atuante. O horizonte do quadro programático 2007-2010 da CRB conclama Religiosos e Religiosas a seguir avançando na criação e ampliação de novos espaços em transformação. E a construção da Paz é sem dúvida um desses novos espaços pelos quais é preciso avançar com audácia profética e sabedoria evangélica.

Essa presença da VR deve ser no nível do macro-sistema, em parceria com Organizações

e Grupos empenhados no compromisso com a Paz junto a instâncias internacionais de poder econômico e político, onde a sorte de muitos povos, particularmente dos mais pobres, se decide autoritariamente. É um espaço relativamente novo, difícil e muitas vezes ambíguo. Ser presença profético-transformadora aí requer competência, adequada preparação e liberdade profética frente aos esquemas da globalização neoliberal. Mas a presença da VR no mutirão da Paz tem que dar-se também no nível mais local, do cotidiano, das iniciativas de base. É preciso alargar e ampliar as redes de solidariedade e os espaços de não-violência. É preciso avançar rumo a uma nova sociedade, onde a Paz seja uma realidade e não apenas um sonho. "Escutando o evangelho, diz Bento XVI, aprendemos a fundar a Paz sobre a verdade de uma existência cotidiana baseada no mandamento do amor".

Estamos começando um novo ano. Convergência deseja a todas as comunidades um 2008 de bênçãos, de dedicação generosa à causa da evangelização, no seguimento de Jesus, e de um constante avançar na construção de novos espaços sociais geradores de Paz e de justiça. Os artigos deste mês são subsídios valiosos para o estudo, a reflexão e a oração das Comunidades. Todos eles inserem-se no propósito fundamental de Convergência: Ser instrumento qualificado de formação para as comunidades religiosas do País.

O artigo de Claudio Paul, sj, – "Transmiti-vos o que eu mesmo recebi. Acesso a Jesus nos evangelhos apócrifos" – é de grande atualidade no momento em que a questão dos textos dos evangelhos apócrifos ganha realce na mídia nacional e internacional e em ambientes católicos, acadêmicos ou não. Na introdução, o autor estabelece claramente o objetivo do texto, ou seja, determinar com clareza e precisão o que se entende por evangelhos apócrifos, em relação aos

textos canônicos e, a partir daí tratar a questão apócrifa no Novo Testamento, uma vez que o interesse principal do artigo é discutir o valor dos apócrifos como meio de acesso a Jesus. Na determinação do sentido do conceito hoje, são tratadas com clareza e precisão várias questões preliminares - *O que é um texto "apócrifo"? os inícios do processo de canonização, as declarações oficiais sobre o cânon bíblico, os critérios para a canonização, as dificuldades com os textos apócrifos*. Na Segunda parte, a mais substancial do artigo, o autor se ocupa em traçar a imagem de Jesus que emerge dos textos apócrifos. Segundo ele, é uma imagem marcada pelo pensamento gnóstico, com traços fortes, do docetismo, especialmente nos evangelhos sobre a infância de Jesus. Assim, Jesus teria tido apenas aparentemente um corpo físico, sendo antes um ser celeste aparecido em forma humana, negando a realidade da encarnação ("verdadeiramente homem"). De acordo com o autor, os apócrifos podem ser considerados uma certa fonte de informação: abrem-nos uma janela importante para o mundo em que nasceu e começou a formar-se a Igreja, ou seja, os primeiros séculos da era cristã. Permitem perceber correntes de pensamento, de modo especial a gnose, com as quais a mensagem cristã se encontrava, exercendo e sofrendo influências. Mostram que não houve uma uniformidade na apreensão e transmissão da mensagem do Evangelho e permitem respigar informação sobre o Jesus histórico. Sobre o atual interesse pelos apócrifos, o autor apresenta algumas hipóteses interessantes. O autor conclui com três afirmações pertinentes que podem ajudar a continuar o estudo e aprofundamento dessa candente questão. Como ficou dito anteriormente, trata-se de um artigo enormemente atual e iluminador, criteriosamente bem documentado. Vale a pena ser estudado e discutido com interesse nas comunidades.

"Reflexões sobre o Carisma da Vida Consagrada e dos Institutos particulares" - de Paulinus Yan Olla, msf, - é um texto interessante e oportuno, uma vez que o tema dos carismas é sempre atual na Igreja e na Vida Religiosa. O autor parte de um estudo de cunho bíblico, focalizando principalmente a carta de Paulo aos Romanos e a primeira carta aos Coríntios, que evidenciam o caráter totalmente gratuito, imprevisível e eternamente novo dos dons concedidos pela Trindade. Num segundo momento, o autor se ocupa da compreensão teológica dos carismas, abordando questões relevantes como: - O emprego do conceito no seio da Igreja, - a doutrina sobre os dons extraordinários, - o percurso histórico do termo. Segundo o autor, ao longo das últimas décadas, "no momento em que a teologia lança as bases para entender a Vida Religiosa e os institutos particulares no horizonte dos carismas, a espiritualidade orienta os institutos na direção da redescoberta de uma identidade específica e desafia a uma pesquisa mais profunda de suas próprias origens", o que constituiu, sem dúvida, um passo significativo no processo de renovação da Vida Religiosa e de revitalização dos Carismas. A visão do Vaticano II complementa e enriquece essa abordagem teológica, e ajuda a projetar luz sobre a questão dos carismas fundacionais. A última parte do artigo é particularmente interessante para a prática das Comunidades. Trata da releitura dos carismas. Nessa parte, o autor focaliza em primeiro lugar a questão do método. Refere-se ao método histórico, ao experimental e ao hermenêutico, como caminhos que podem facilitar a caminhada das comunidades nesse processo. A questão das fontes é outro aspecto importante apresentado nessa última parte, uma vez que os escritos dos Fundadores e Fundadoras, a sua vida e experiência, o papel dos primeiros discípulos são fatores de singular importância na

releitura. Finalmente o autor apresenta parâmetros e atitudes para a fidelidade criativa, lembrando que “a interpretação do carisma não é uma tarefa que se realiza de uma vez por todas, definitivamente. Cada geração é chamada a fazer progredir a interpretação a partir daquilo que foi vivido anteriormente, de sua experiência de vida atual e das novas necessidades que possibilitam atualizar as potencialidades infinitas do carisma”.

Luís I.J. Stadelmann, SJ, no seu artigo, – “Criação e Ecologia na Bíblia” – oferece às comunidades uma reflexão bem documentada e elaborada sobre essa candente questão atual. Para o autor, “são duas temáticas de vital importância à sobrevivência da vida humana na terra, que aplicam a metodologia científica ao estudo do âmbito natural e sobrenatural do homem e ao mesmo tempo oferecem-nos a hermenêutica das relações homem-natureza”. Com a competência que lhe é reconhecida, o autor faz um rico e iluminador comentário dos primeiros capítulos do Gênesis, tratando de esclarecer questões vitais aí presentes. Focaliza o cenário do mundo antes da criação e a ação do Espírito de Deus nesse cenário, bem como a questão da desmitologização na Bíblia. Focaliza ainda a criação em sete dias, abrangendo o mundo material e o mundo religioso, a criação do homem do pó da terra, a criação do homem na terra, o ser humano como obra prima do Criador. A imagem da “costela de Adão” e os outros componentes do cenário da criação são tratados de forma atual e sugestiva, ao mesmo tempo que com seriedade científica. Para o autor, “a novidade da mensagem bíblica é o papel da criatividade do gênero humano na colaboração com o Criador em manter e continuar a obra da criação. A mais importante e deveras a mais nobre de todas as ações co-participantes é a preservação e propagação da espécie humana através da paternidade, o maior milagre

em que os pais de família participam”. O autor lembra também: “Novos desafios têm que ser enfrentados, tais como a explosão demográfica e a resolução dos povos desenvolvidos de aumentar ou ao menos manter seu nível material de vida, defrontando-se com os problemas do esgotamento de recursos e da poluição do meio ambiente... A Bíblia tem um ensinamento precioso a dar para a humanidade e para a sua missão na vida: “não há céu sem terra”.

“Algo sobre o que a Vida Consagrada disse em Aparecida” – de Maria de los Dolores Palencia – é um artigo que tem particular interesse para as Comunidades, posto que faz eco ao que a própria Vida Consagrada falou em Aparecida sobre si mesma. A autora começa o texto apresentando o lugar a partir do qual a Vida Religiosa se pronunciou, ou seja o lugar onde a Vida Religiosa vive e quer viver, a realidade, caracterizada como o limite: “A palavra da Vida Religiosa se situou a partir da realidade premente dos povos do nosso continente, que gemem sob um sistema globalizante neoliberal, pelo qual a brecha entre ricos-milionários e pobres-sobrantes se faz cada vez maior; a partir dos sujeitos emergentes mais desfavorecidos como são as mulheres, os indígenas, os afro-descendentes, os migrantes, as crianças, jovens e anciãos em situação de risco, de rua, de maltrato”. A Vida Religiosa falou também a partir do sentido mais profundo da sua vocação, ou seja o chamado ao seguimento radical de Jesus – mística e profecia – e a partir da verdade de nossa situação atual, ou seja, situação de inegável debilidade e fragilidade institucionais: “a Vida Religiosa do continente latino-americano e do Caribe, vive também a crise que a humanidade atravessa; sofre com as dificuldades para se transformar e se adequar a um novo paradigma cultural que está em gestação contínua e que desafia e desacredita todas as instituições. A Vida Religiosa não tem hoje todas as

respostas, nem a clareza dos caminhos a seguir". A partir dessa tentativa de situar a Vida Religiosa no chão do Continente hoje, a autora apresenta alguns aspectos que mereceram destaque em Aparecida: – ser discípulos e discípulas ao lado de Jesus, missionários e missionárias hoje para a vida do mundo, – viver um caminho alternativo em relações recíprocas, – fidelidade a nossa vocação específica e a nossos carismas fundacionais, a serviço do Reino. A palavra específica da Vida Religiosa contemplativa, foi no sentido do seu desejo de ser escola de oração e de encontro com Deus, no meio do mundo conturbado e violento de hoje, de saber discernir a realidade e buscar as grandes causas que hoje preocupam a humanidade, favorecendo em seus conventos

e mosteiros o diálogo inter-cultural, o ecumenismo, o diálogo inter-religioso, uma vida verdadeiramente solidária que seja alternativa aos modelos de concorrência, de exclusão e individualismo. Concluindo, a autora, lembra que a Vida Religiosa em Aparecida, procurou estabelecer um autêntico diálogo com os Pastores e todos os membros do Povo de Deus participantes da Conferência. Acrescenta que a voz da Vida Religiosa só terá credibilidade no mundo atual "se a sua vida, seu ser e seu trabalho forem verdadeiramente presença amorosa de Deus compassivo e misericordioso para todos nossos irmãos e irmãs e em especial para os sofredores e excluídos. Somente assim será palavra de Deus, dom e carisma para todos".



Palavra do Papa

Mensagem de Sua Santidade Bento XVI para a Celebração do Dia Mundial da Paz

1º de janeiro de 2008

Família humana, comunidade de Paz

1. NO INÍCIO DE UM ANO NOVO, desejo fazer chegar meus ardentes votos de paz, acompanhados duma calorosa mensagem de esperança, aos homens e mulheres do mundo inteiro; faço-o, propondo à reflexão comum o tema com que abri esta mensagem e que me está particularmente a peito: *Família humana, comunidade de paz*. Com efeito, a primeira forma de comunhão entre pessoas é a que o amor suscita entre um homem e uma mulher decididos a unir-se estavelmente para construírem juntos *uma nova família*. Entretanto, os povos da terra também são chamados a instaurar entre si relações de solidariedade e colaboração, como convém em membros da única *família humana*: « Os homens – sentenciou o Concílio Vaticano II – constituem todos uma só comunidade; todos têm a

mesma origem, pois foi Deus quem fez habitar em toda a terra o inteiro gênero humano (Act 17,26); têm também todos um só fim último, Deus ».¹

Família, sociedade e paz

2. A família natural, enquanto comunhão íntima de vida e de amor fundada sobre o matrimônio entre um homem e uma mulher,² constitui « o lugar primário da “humanização” da pessoa e da sociedade », ³ o « berço da vida e do amor ».⁴ Por isso, a família é justamente designada como a primeira sociedade natural, « uma instituição divina colocada como fundamento da vida das pessoas, como protótipo de todo o ordenamento social ».⁵

¹ Decl. sobre a Igreja e as religiões não-cristãs *Nostra aetate*, 1.

² Cf. Conc. Ecum. Vat. II, Const. past. sobre a Igreja no mundo contemporâneo *Gaudium et spes*, 48.

³ João Paulo II, Exort. ap. pós-sinodal *Christifideles laici*, 40: AAS 81 (1989), 469.

⁴ *Ibid.*, 40: o.c., 469.

⁵ Pont. Cons. «Justiça e Paz», *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, n. 211.

3. Com efeito, numa vida familiar « sã » experimentam-se algumas componentes fundamentais da paz: a justiça e o amor entre irmãos e irmãs, a função da autoridade manifestada pelos pais, o serviço carinhoso aos membros mais débeis porque pequenos, doentes ou idosos, a mútua ajuda nas necessidades da vida, a disponibilidade para acolher o outro e, se necessário, perdoar-lhe. Por isso, a família é *a primeira e insubstituível educadora para a paz*.

Não admira, pois, que a violência, quando perpetrada em família, seja sentida como particularmente intolerável. Deste modo, quando se diz que a família é « a primeira célula vital da sociedade », ⁶ afirma-se algo de essencial. A família é fundamento da sociedade *inclusive porque permite fazer decisivas experiências de paz*.

Devido a isso, a comunidade humana não pode prescindir do serviço que a família realiza. Onde poderá o ser humano em formação aprender melhor a apreciar o « sabor » genuíno da paz do que no « ninho » primordial que a natureza lhe prepara? *A linguagem familiar usa um léxico de paz*; aqui é necessário recorrer sempre para não perder o uso do vocabulário da paz. Na inflação das linguagens, a sociedade não pode perder a referência àquela « gramática » que cada criança aprende dos gestos e olhares da mãe e do pai, antes mesmo das suas palavras.

4. Uma vez que a família tem o dever de educar os seus membros, a mesma é *titular de direitos específicos*. A própria *Declaração*

Universal dos Direitos Humanos, que constitui uma aquisição de *civilização jurídica de valor verdadeiramente universal*, afirma que « a família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem direito a ser protegida pela sociedade e pelo Estado ». ⁷ Por seu lado, a Santa Sé quis reconhecer uma especial *dignidade jurídica* à família, publicando a *Carta dos Direitos da Família*. Lê-se no Preâmbulo: « Os direitos da pessoa, ainda que expressos como direitos do

indivíduo, têm uma dimensão social fundamental, que encontra na família a sua expressão originária e vital ». ⁸ Os direitos enunciados na *Carta* são expressão e explicitação da lei natural, inscrita no coração do ser humano e que lhe é manifestada pela razão. A negação ou mesmo a restrição

dos direitos da família, obscurecendo a verdade sobre o homem, *ameaça os próprios alicerces da paz*.

5. Deste modo quem, mesmo inconscientemente, combate o instituto familiar, debilita a paz na comunidade inteira, nacional e internacional, porque enfraquece aquela que é efetivamente *a principal « agência » de paz*. Este é um ponto que merece especial reflexão: tudo o que contribui para debilitar a família fundada sobre o matrimônio de um homem e uma mulher, aquilo que direta ou indiretamente refreia a sua abertura ao acolhimento responsável de uma nova vida, o que dificulta o seu direito de ser a primeira responsável pela educação dos filhos, constitui um impedimento objectivo no

⁶ Conc. Ecum. Vat. II, Decr. sobre o apostolado dos leigos *Apostolicam actuositatem*, 11.

⁷ Art. 16/3.

⁸ Pont. Cons. para a Família, *Carta dos Direitos da Família* (24 de Novembro de 1983), Preâmbulo/A.

caminho da paz. A família tem necessidade da casa, do emprego ou do justo reconhecimento da atividade doméstica dos pais, da escola para os filhos, de assistência sanitária básica para todos. Quando a sociedade e a política não se empenham a ajudar a família nestes campos, privam-se de um recurso essencial ao serviço da paz. De forma particular os meios de comunicação social, pelas potencialidades educativas de que dispõem, têm uma responsabilidade especial de promover o respeito pela família, de ilustrar as suas expectativas e os seus direitos, de pôr em evidência a sua beleza.

A humanidade é uma grande família

6. A própria comunidade social, para viver em paz, é chamada a inspirar-se nos valores por que se rege a comunidade familiar. Isto vale tanto para as comunidades locais como nacionais; mais, vale para a própria comunidade dos povos, para a família humana que vive *nesta casa comum que é a terra*. Numa tal perspectiva, porém, não se pode esquecer que a família nasce do « sim » responsável e definitivo de um homem e de uma mulher e vive do « sim » consciente dos filhos que pouco a pouco entram a fazer parte dela. Para prosperar, a comunidade familiar tem necessidade do consenso generoso de todos os seus membros. É preciso que esta consciência se torne convicção

**A família tem
necessidade da casa, do
emprego ou do justo
reconhecimento da
atividade doméstica dos
pais, da escola para os
filhos, de assistência
sanitária básica para
todos.**

partilhada também por quantos são chamados a formar a *família humana comum*. É necessário saber dizer o « sim » pessoal a esta vocação que Deus inscreveu na nossa própria natureza. Não vivemos uns ao lado dos outros por acaso; estamos percorrendo todos *um mesmo caminho como homens e por isso como irmãos e irmãs*. Desta forma, é essencial que cada um se empenhe por viver a própria vida em atitude de responsabilidade diante de Deus, reconhecendo n'Ele a fonte originária da existência própria e alheia. É subindo até este

Princípio supremo que se pode perceber o valor incondicional de todo o ser humano, colocando as premissas para a edificação duma humanidade pacificada. Sem este Fundamento transcendente, a sociedade é apenas uma agregação de vizinhos, e não uma comunidade de irmãs e irmãos chamados a formar uma grande família.

Família, comunidade humana e ambiente

7. A família precisa duma casa, dum ambiente à sua medida onde tecer as próprias relações. *No caso da família humana, esta casa é a terra*, o ambiente que Deus criador nos deu para que o habitássemos com criatividade e responsabilidade. Devemos cuidar do ambiente: este foi confiado ao homem, para que o guarde e cultive com liberdade responsável, tendo sempre como critério orientador o bem de todos.

Obviamente, o ser humano tem um primado de valor sobre toda a criação. Respeitar o ambiente não significa considerar a natureza material ou animal mais importante do que o homem; quer dizer antes não a considerar egoisticamente à completa disposição dos próprios interesses, porque as gerações futuras também têm o direito de beneficiar da criação, exprimindo nela a mesma liberdade responsável que reivindicamos para nós. Nem se hão-de esquecer os pobres, em muitos casos excluídos do destino universal dos bens da criação. Atualmente a humanidade teme pelo futuro equilíbrio ecológico. Será bom que as avaliações a este respeito se façam com prudência, no diálogo entre peritos e cientistas, sem acelerações ideológicas para conclusões apresadas e sobretudo pondo-se conjuntamente de acordo sobre um modelo de progresso

sustentável, que garanta o bem-estar de todos no respeito dos equilíbrios ecológicos. Se a tutela do ambiente comporta os seus custos, estes devem ser distribuídos com justiça tendo em conta a disparidade de desenvolvimento dos vários países e a solidariedade com as futuras gerações. Prudência não significa deixar de assumir as próprias respon-

sabilidades e adiar as decisões; significa antes assumir o empenho de decidir juntos depois de ter ponderado responsabilmente qual a estrada a percorrer, com o objetivo de reforçar aquela aliança entre ser humano e ambiente que deve ser espelho do amor criador de Deus, de Quem provimos e para Quem estamos a caminho.

**Um âmbito onde seria
particularmente
necessário intensificar o
diálogo entre as nações
é o da gestão dos
recursos energéticos do
planeta.**

8. A tal propósito, é fundamental « sentir » a terra como « nossa casa comum » e escolher, para uma gestão da mesma ao serviço de todos, a estrada do diálogo em vez de decisões unilaterais. Podem-se aumentar, se for necessário, os lugares institucionais a nível internacional, para se enfrentar conjuntamente o governo desta nossa « casa »; mas, o que mais conta é fazer maturar nas consciências a convicção da necessidade de colaborar responsabilmente. Os problemas que se desenham no horizonte são complexos e o tempo escasseia. Para fazer frente de maneira eficaz à situação, é preciso agir de comum acordo. Um âmbito onde seria particularmente necessário intensificar o diálogo entre as nações é o da *gestão dos recursos energéticos do planeta*. A tal respeito, uma dupla urgência preme sobre os países tecnologicamente avançados: é preciso, por um

lado, rever os elevados níveis de consumo devido ao modelo atual de progresso e, por outro, providenciar adequados investimentos para a diferenciação das fontes de energia e o melhoramento da sua utilização. Os países emergentes sentem carência de energia, mas às vezes esta carência é remediada prejudicando os países pobres, que, pela in-

suficiência das suas infra-estruturas nomeadamente tecnológicas, se vêem obrigados a vender ao desbarato os recursos energéticos em seu poder. Às vezes a sua própria liberdade política é posta em discussão por formas de protectorado ou, em todo o caso, de condicionamento que resultam claramente humilhantes.

Família, comunidade humana e economia

9. Condição essencial para a paz nas famílias é que estas assentem sobre o alicerce firme de valores espirituais e éticos compartilhados. No entanto, é preciso acrescentar que a família experimenta autenticamente a paz quando a ninguém falta o necessário, e o patrimônio familiar – fruto do trabalho de alguns, da poupança de outros e da colaboração ativa de todos – é bem gerido na solidariedade, sem excessos nem desperdício. Para a paz familiar, portanto, é necessária a *abertura a um patrimônio transcendente de valores*, mas, simultaneamente, há que não menosprezar a sábia gestão quer dos bens materiais quer das relações entre as pessoas. O falimento desta componente tem como consequência a quebra da confiança recíproca devido às perspectivas incertas que passam a gravar sobre o futuro do núcleo familiar.

10. O mesmo se diga daquela grande família que é a humanidade no seu todo. De fato a família humana, que hoje aparece ainda mais interligada pelo fenómeno da globalização, além de um alicerce de valores compartilhados tem necessidade também de uma economia que corresponda verdadeiramente às exigências de um bem comum com dimensões planetárias. A referência à família natural revela-se, sob este ponto de vista também, singularmente sugestiva. Entre os indivíduos humanos e entre os

Uma família vive em paz, se todos os seus componentes se sujeitam a uma norma comum: é esta que impede o individualismo egoísta e que mantém unidos os indivíduos, favorecendo a sua coexistência harmoniosa e laboriosidade para o fim comum.

povos, é preciso promover relações corretas e sinceras, que permitam a todos colaborarem num plano de paridade e justiça. Ao mesmo tempo, tem-se de trabalhar por *uma sábia utilização dos recursos e uma equitativa distribuição da riqueza*. De forma particular, as ajudas concedidas aos países pobres devem obedecer a critérios duma lógica económica sã, evitando desperdícios que no fim de contas resultam sobretudo do funcionamento de custosos aparelhos burocráticos. É preciso ter em devida conta também a exigência moral de fazer com que a organização económica não obedeça somente às duras leis do lucro imediato, que se podem revelar desumanas.

Família, comunidade humana e lei moral

11. Uma família vive em paz, se todos os seus componentes *se sujeitam a uma norma comum*: é esta que impede o individualismo

egoísta e que mantém unidos os indivíduos, favorecendo a sua coexistência harmoniosa e laboriosidade para o fim comum. Tal critério, em si óbvio, *vale também para as comunidades mais amplas*: desde as locais passando pelas nacionais, até à própria comunidade internacional. Para se gozar de paz, há necessidade duma lei comum que ajude a liberdade a ser verdadeiramente tal, e não um arbítrio cego, e que proteja o fraco da prepotência do mais forte. Na família dos povos, verificam-se muitos

comportamentos arbitrários, seja dentro dos diversos Estados seja nas relações destes entre si. Além disso, não faltam situações em que o fraco tem de inclinar a cabeça não frente às exigências da justiça mas à força nua e crua de quem possui mais meios do que ele. É preciso repeti-lo: a força há-de ser sempre disciplinada pela lei, e isto mesmo deve acontecer também nas relações entre Estados soberanos.

**A humanidade vive hoje,
infelizmente, grandes
divisões e fortes
conflitos que lançam
densas sombras sobre o
seu futuro.**

12. Sobre a natureza e a função da lei, já muitas vezes se pronunciou a Igreja: a *norma jurídica* que regula as relações das pessoas entre si, disciplinando os comportamentos externos e prevendo também sanções para os transgressores, tem como critério a *norma moral* assente na natureza das coisas. A razão humana, por sua vez, é capaz de discerni-la, pelo menos nas suas exigências fundamentais, subindo assim até à Razão criadora de Deus que está na origem de todas as coisas. Esta norma moral deve regular as opções das consciências e guiar todos os comportamentos dos seres humanos. Existirão normas jurídicas para as relações entre as nações que formam a família humana? E, se existem, serão operativas? Eis a resposta: sim, as normas existem, mas para fazer com que sejam verdadeiramente operativas é preciso subir até à *norma moral natural* como base da *norma jurídica*; de contrário, esta fica à mercê de frágeis e provisórios consensos.

13. O conhecimento da norma moral natural não está vedado ao homem que entre em si mesmo e, tendo diante dos olhos o próprio destino, se interroga sobre a lógica interna das mais profundas inclinações presentes no seu ser. Embora com perplexidades e incertezas, ele

pode chegar a descobrir, pelo menos nas suas linhas essenciais, *esta lei moral comum* que, independentemente das diferenças culturais, permite aos seres humanos entenderem-se entre si quanto aos aspectos mais importantes do bem e do mal, do justo e do injusto. É imprescindível subir até esta lei fundamental, empenhando nesta pesquisa as nossas melhores energias intelectuais sem deixar-se desanimar por equívocos nem confusões. Com efeito, valores radicados na lei na-

tural estão presentes, ainda que de forma fragmentária e nem sempre coerente, nos acordos internacionais, nas formas de autoridade universalmente reconhecidas, nos princípios do direito humanitário recebido nas legislações dos diversos Estados ou nos estatutos dos organismos internacionais. *A humanidade não está « sem lei »*. É urgente, porém, prosseguir o diálogo sobre estes temas, favorecendo a convergência das próprias legislações dos diversos Estados sobre o reconhecimento dos direitos humanos fundamentais. O crescimento da cultura jurídica no mundo depende, para além do mais, do esforço de tornar as normas internacionais sempre substanciais de conteúdo profundamente humano, para evitar a sua redução a procedimentos facilmente contornáveis por motivos egoístas ou ideológicos.

**Superação dos conflitos
e desarmamento**

14. A humanidade vive hoje, infelizmente, grandes divisões e fortes conflitos que lançam densas sombras sobre o seu futuro.

Temos vastas áreas do planeta envolvidas em tensões crescentes, enquanto o perigo de se multiplicarem os países detentores de armas nucleares cria motivadas apreensões em toda a pessoa responsável. Há ainda muitas guerras civis no continente africano, embora também se tenham registrado em vários dos seus países progressos na liberdade e na democracia. O Médio Oriente continua a ser teatro de conflitos e atentados, que não deixam de influenciar nações e regiões limítrofes com o risco de arrastá-las na espiral da violência. A nível mais geral, há que registrar, com tristeza, um número maior de *Estados envolvidos na corrida aos armamentos*: temos até nações em vias de desenvolvimento que destinam uma quota importante do seu magro produto interno para a compra de armas. Neste funesto comércio, são muitas as responsabilidades: há os países do mundo industrialmente desenvolvido que arrecadam avultados lucros da venda de armas e temos as oligarquias reinantes em muitos países pobres que pretendem reforçar a sua posição com a aquisição de armas cada vez mais sofisticadas. Em tempos tão difíceis, é verdadeiramente necessária a mobilização de todas as pessoas de boa vontade para se encontrar acordos concretos que visem *uma eficaz desmilitarização*, sobretudo no campo das armas nucleares. Nesta fase em que o processo de não proliferação nuclear marca passo, sinto-me no dever de exortar as Autoridades a retomarem, com mais firme determinação, as conversações em ordem ao *desmantelamento progressivo e concordado das armas nucleares existentes*. Ao renovar este apelo, sei que dou voz a um desejo compartilhado por quantos têm a peito o futuro da humanidade.

15. Há sessenta anos, a Organização das Nações Unidas tomava pública, de maneira

solene, a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (1948-2008). Com tal documento, a família humana reagia aos horrores da II Guerra Mundial, reconhecendo a sua própria unidade assente na igual dignidade de todos os homens e pondo, no centro da convivência humana, o respeito pelos direitos fundamentais dos indivíduos e dos povos: tratou-se de um passo decisivo no árduo e empenhativo caminho da concórdia e da paz. Merece também menção especial a passagem do *25º aniversário* da adoção pela Santa Sé da *Carta dos Direitos da Família* (1983-2008), bem como o *40º aniversário* da celebração do primeiro *Dia Mundial da Paz* (1968-2008). Fruto duma providencial intuição do Papa Paulo VI, retomada com grande convicção pelo meu amado e venerado predecessor, Papa João Paulo II, a celebração deste Dia proporcionou ao longo dos anos a possibilidade de a Igreja desenvolver, através das Mensagens publicadas para tal circunstância, uma doutrina elucidativa em defesa deste bem humano fundamental. É precisamente à luz de tais significativas comemorações que convido todo o homem e toda a mulher a tomarem consciência mais lúcida da sua pertença comum à única família humana e a empenharem-se por que a convivência sobre a terra espelhe cada vez mais esta convicção da qual depende a instauração de uma paz verdadeira e duradoura. Em seguida, convido os crentes a implorarem de Deus, sem se cansar, o grande dom da paz. Os cristãos, por seu lado, sabem que podem confiar-se à intercessão d'Aquela que, sendo Mãe do Filho de Deus encarnado para a salvação da humanidade inteira, é Mãe comum.

A todos desejo um Ano Novo feliz!

Vaticano, 8 de dezembro de 2007.

BENEDICTUS PP. XVI

Informe CRB



Nossas Raízes Indígenas O "Outro": uma questão de diferença

Qualquer estudo que se propõe analisar uma cultura diferente, leva-nos, necessariamente, a compreender o universo sócio-cultural dessa sociedade: sua maneira de pensar e ordenar o universo, o modo de construir suas leis e suas regras, o modo de se relacionar com o transcendente.

A Antropologia nos dá elementos que podem nos ajudar a compreender a grande diversidade cultural da humanidade, e de modo particular, a realidade multicultural e os problemas enfrentados pelos grupos indígenas que vivem no Brasil.

Desde o início da humanidade, o ser humano vem se interrogando sobre a questão da diversidade cultural: se a espécie humana é única – o que caracteriza a unidade humana – por que as sociedades são tão diferentes entre si? Essa preocupação relativa à diversidade cultural não é nova. Na história da humanidade houve sempre uma preocupação com a diversidade de modos de comportamentos existentes entre povos diferentes.

Confúcio já chamava atenção no século 4º a.C.: "A natureza do ser humano é a mesma,

são os seus hábitos que os mantêm separados."

A Antropologia, fundada no final do século XIX, passa a ter um grande papel no estudo da diversidade humana, tendo como objetivo o estudo dos diferentes grupos humanos e suas manifestações culturais. Para isso, vai em busca de um conceito que desse conta de explicar essa diversidade. Lançou mão do conceito *CULTURA*:

*"Conjunto de maneiras de pensar, de agir e de sentir de uma comunidade na sua tríplice relação com a natureza, com o homem e com o Criador"*¹.

A discussão sobre este conceito gerou muitas controvérsias. Até hoje, entre os antropólogos, não existe um consenso sobre o que se entende por cultura. Mas, esta discussão levou a Antropologia admitir a existência não de uma única cultura, mas de várias culturas. Para a Antropologia, os seres humanos, apesar de serem iguais biologicamente, são culturalmente diferentes, com representações de diferentes mundos, com valores diferentes, com necessidades diferentes. A Antropologia parte do pressuposto que todo fato cultural, toda produção

¹ Conforme ABOU, Sélim. *L'Identité Culturelle*. Paris, Éd. Anthropos, 1981.

humana só tem sentido quando analisada na cultura em que foi criada, portanto, deve ser analisada a partir dos esquemas de referência e normas sociais de cada povo.

Os indivíduos são condicionados a agir conforme um modo de vida que lhes foi introjetado. São formados dentro de uma tradição que vem sendo passada de geração em geração. Por esta tradição os indivíduos constroem seu modo de representar o cosmos, seu sistema de valores, que dão sentido a sua existência enquanto povo, enquanto uma coletividade. Desse modo, não se pode julgar os costumes de uma sociedade sem levar em conta o que eles representam para aquela sociedade. Só podemos compreender o modo de ser de cada povo, tendo em consideração a cultura própria desse povo, a realidade própria em que se vive, pois os *padrões culturais*, em cada sociedade, são diferentes.

A noção de *território/terra* possui, também, significado diferente entre sociedades distintas. A concepção que os indígenas têm de território, é diferente da concepção adotada pela sociedade ocidental. Para esta, que se orienta pelos valores de mercado, a terra é apenas um meio de produção, de comércio e de especulação: uma mercadoria que se compra e se vende. Para as sociedades indígenas, a terra não é um objeto

de comércio ou de lucro, e nem somente a fonte de subsistência, ela é a base de sua cultura, a raiz de sua organização familiar e comunitária, a fonte de sua relação com o sobrenatural. Os indígenas têm uma relação mística com a terra, pois a consideram como o chão cultural onde vivem e repousam seus antepassados.

**O problema do
etnocentrismo está na
distorção do sentido
que lhe é atribuído
quando este assume
uma forma perversa.**

“A terra é nossa mãe”. Por isso, reduzir os indígenas a lotes de terra ou tirá-los de sua terra é violentar uma representação de espaço sagrado. Ex.: suicídios entre os Guarani Kayowá.

Neste sentido, a Antropologia, através do princípio do *relativismo cultural*, chama atenção para o *respeito* ao modo de ser de culturas diferentes. O *relativismo cultural* prega que não existe uma cultura superior ou inferior, mas, apenas, culturas diferentes. Neste sentido, é preciso lutar contra o *etnocentrismo*, o *colonialismo* e a *intolerância*.

O quando se fala em *relativismo cultural*, necessariamente se invoca o *etnocentrismo*.

O problema do *etnocentrismo* está na distorção do sentido que lhe é atribuído quando este assume uma forma perversa. Um grupo, em nome da sua superioridade cultural, passa a dominar e desprezar uma cultura que julga inferior à sua, agindo de forma violenta, proselitista e racista.

Nas sociedades humanas as relações são sempre assimétricas, desiguais. Mas isso não leva necessariamente a dominação e a sujeição do outro.

Na sociedade ocidental as relações estão no nível da *dominação-sujeição* – negação do outro.

Nas sociedades indígenas as relações estão no nível da *hierarquia*: relação de *status* e não de *classes*;

e da *simbiose*: complementação das relações entre grupos e não negação (precisa-se do outro para a manutenção da alteridade).

Trabalhar com grupos humanos exige respeito ao modo de ser do “outro”, enquanto um ser “diferente”; o saber escutar o que o “outro” tem a dizer e a ensinar; exercer uma postura

de humildade, tendo consciência de que não sabemos tudo e que nada é acabado e absoluto. É a partir do diálogo, da troca, do respeito, da partilha e da interação que se pode avançar, na busca da dignidade e da cidadania, numa sociedade onde não haja mais exclusão.

Calcula-se que em 1500, quando da chegada dos colonizadores, havia no Brasil, cerca de 8 milhões de indígenas, agrupados em mais de mil povos distintos.

Hoje, a população indígena, conforme o Censo/2000 do IBGE, é calculada em torno de 734 mil pessoas (contando os aldeados, os que moram em centros urbanos e os não contatados), agrupada em torno de 225 povos distintos, falando cerca de 180 línguas diferentes.

Localização: A maior parte está localizada na Região Norte, seguida da Região Centro-Oeste e depois das Regiões Nordeste, Sul e Sudeste. Apenas três unidades da Federação não possuem grupos indígenas: Piauí², Rio Grande do Norte e Distrito Federal.

O termo Índio: É uma denominação dada pelos europeus, por ocasião da "descoberta" da América, na suposição de haverem chegado às

Índias. Esta expressão se generalizou, passando a ser aplicada a todas as populações nativas, de modo geral, criando-se a partir daí a concepção do "índio genérico". Tanto os termos "índio" como o termo "tribo" são terminações criadas pela situação de colonialismo.

Hoje, a população indígena, conforme o Censo/2000 do IBGE, é calculada em torno de 734 mil pessoas (contando os aldeados, os que moram em centros urbanos e os não contatados), agrupada em torno de 225 povos distintos, falando cerca de 180 línguas diferentes.

Classificação: Classificar os povos indígenas é importante porque nos revela que não se deve caracterizar as sociedades indígenas dentro de uma realidade única ou dentro de um modo de vida único.

a) *Classificação cultural:* As populações indígenas são classificadas por áreas cul-

turais, ou seja, reúnem-se, numa determinada área, povos que apresentam elementos culturais semelhantes – homogeneidade de certos costumes ou artefatos. Leva em conta a distribuição de elementos da cultura material em determinadas áreas geográficas³.

b) *Classificação lingüística:* Esta classificação é a mais utilizada pelos antropólogos e lingüistas. Por esta classificação, reúnem-se os povos cujas línguas tenham tido origem comum numa língua anterior. As línguas que têm origem comum são agrupadas em famílias. As famílias que apresentam certas afinidades são agrupadas em blocos ou troncos⁴.

² Há informações da existência de remanescentes Akroá no Estado do Piauí.

³ Cf. classificação de Eduardo Galvão, in Melatti, Júlio Cezar. Índios do Brasil. São Paulo, Ed. HUCITEC, 1980.

⁴ Cf. Aryon Dall'Igna Rodrigues. Línguas Brasileiras. São Paulo, Edições Loyola, 1986.

c) Não há uma classificação ideal dos povos indígenas. Tanto a classificação cultural como a classificação lingüística são problemáticas, devido à grande variedade das culturas indígenas. Não se pode caracterizar as sociedades indígenas dentro de uma realidade única ou de um modo de vida uniforme. Mesmo quando ocupam zonas ecológicas semelhantes, elas mantêm suas peculiaridades.

O poder político é universal, é imanente ao social. Pode-se pensar o político sem a violência, mas não se pode pensar o social sem o político. O poder está presente em todas sociedades. Não existe sociedade sem poder.

Formas de organização das Sociedades Indígenas

“Os povos indígenas são fontes de esperança na busca de outras formas de organização da sociedade, em que a pessoa humana seja a preocupação central e não a acumulação de bens e de lucro”.

Elementos das tradições indígenas

A Palavra/Poder.

O poder político é universal, é imanente ao social. Pode-se pensar o político sem a violência, mas não se pode pensar o social sem o político. O poder está presente em todas sociedades. Não existe sociedade sem poder.

Normalmente, na sociedade ocidental, o poder político se realiza por meio da relação *comando-obediência coerção*, legitimando a *violência*, portanto, há os que mandam e os que obedecem. Nas sociedades indígenas o poder tem um outro significado. Poder é fundado no consenso e não na coerção, no uso da força. Normalmente, numa sociedade indígena, os chefes, os caciques, não possuem poder, uma vez que o poder político não atua no campo da coerção, da violência, da subordinação, ou seja, o político não é concebido numa relação de comando-obediência. Dar ordem ou obedecer, são situações que não existem no universo indígena.

Um chefe precisa ter necessariamente três qualidades:

O chefe é um “fazedor de paz”.

- Instância moderadora do grupo.
- Ele cuida da manutenção da paz e da harmonia no grupo: apaziguando as questões, regulando os conflitos, nunca fazendo uso de uma força que não possui e que não lhe seria reconhecida, mas valendo-se apenas das virtudes do seu prestígio, da sua equidade e da sua *palavra*.
- O chefe é alguém que procura reconciliar e não sancionar.

⁵ Texto-Base CF-2002 (Ver bibliografia).

O chefe deve ter o dom da palavra.

- Na sociedade ocidental a palavra é o *direito* do poder, na sociedade indígena a palavra é o *dever* do poder.
- O chefe, cotidianamente, discursa para seu povo, exortando-o a viver segundo a tradição. Seu discurso está ligado com a sua função de “fazedor de paz”: paz, harmonia, honestidade, virtudes recomendadas a todos do grupo.
- A sociedade indígena sabe que a violência é a essência do poder, por isso se tenta manter separado poder e instituição, comando e chefe. Obrigando o chefe a mover-se apenas no elemento da palavra.
- O dever de palavra do chefe – espécie de vazio, sem conotação com o poder – é a garantia que interdita ao *homem de palavra* tornar-se *homem de poder*.

Generosidade do chefe.

- O prestígio do chefe depende de sua generosidade. Um chefe tem que ser generoso com os seus bens, senão é abandonado.
- Ele precisa dar testemunho: ter a obrigação de dar/partilhar. Avareza e poder não são compatíveis. Não combinam com um chefe.

Povos Indígenas: Projeto de libertação

A vida comunitária:

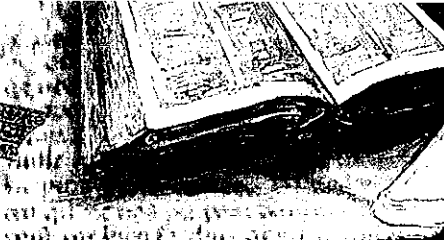
- O que rege a vida comunitária é a solidariedade, buscando a integração e a coesão grupal; todos são responsáveis por todos, pois todos são sujeitos e não objetos.
- A educação é de responsabilidade de toda a comunidade e de partilha.

Espiritualidades indígenas.

- “Os diferentes aspectos que constituem o universo indígena se inter-relacionam, se interpenetram reciprocamente e continuamente.
- A vida não é feita de discurso, mas de experiências e de testemunhos.
- A vida é orientada pela Palavra Antiga – mitos que são transmitidos pelos antigos, antepassados, para dar sentido e orientar a vida do povo.

Marlene Castro Ossami de Moura

É antropóloga e professora-pesquisadora do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia (IGPA) da Universidade Católica de Goiás (UCG).



“Transmiti-vos o que eu mesmo recebi”. O acesso a Jesus e os Evangelhos Apócrifos

PE. CLAUDIO PAUL, SJ

Introdução

Há algum tempo, vem-se percebendo, na sociedade em geral, mas também no ambiente eclesial, um crescente interesse por textos geralmente chamados de “evangelhos apócrifos”. Esse interesse faz-se notar não somente em jornais e revistas de grande divulgação, com reportagens bombásticas que pretendem revelar ao público informações de última mão sobre Jesus, mas também em livros, cujo caráter é às vezes claramente (?) ficcional, outras vezes, de pretensão “científica”, mas na linha de uma “arqueologia” quase à la Indiana Jones. Basta uma visita rápida a uma livraria ou a uma banca de revistas para que se possam contar os tantos títulos. Também a produção cinematográfica tem contribuído com o seu quinhão nessa área, às vezes na esteira do sucesso editorial de algum autor cuja obra tenha caído no agrado do grande público. Canais de televisão

preparam documentários tecnicamente impecáveis sobre Jesus e seu tempo, apresentando hipóteses novas (?) sobre sua vida, sobre o que teria dito e feito, sobre sua família, sobre o que “realmente” se pode saber a seu respeito.

Encontram-se também cada vez mais edições de textos apócrifos, que vão desde publicações cuja seriedade é bastante discutível até aquelas com justas pretensões acadêmicas e científicas. No âmbito mais especializado e propriamente acadêmico, organizam-se seminários, cursos, conferências sobre Jesus, como, por exemplo, os *Jesus Seminars*, que acontecem duas vezes por ano, desde 1985, nos Estados Unidos¹, nos quais especialistas de diversas áreas (arqueologia, exegese, teologia, etc.) fazem o intercâmbio sobre os resultados de suas pesquisas a respeito de Jesus de Nazaré.

Com toda certeza, podemos dizer que Jesus tornou-se um assunto que, no mínimo, vale a pena ser explorado pelos meios de comunicação

¹ Mais informações em <http://www.westarinstitute.org/Jesus_Seminar/jesus_seminar.html> acesso em 15 out. 2007.

social, uma vez que isso parece ir ao encontro do interesse de muita gente².

Não vamos aqui deter-nos sobre o atual impacto do “tema Jesus” nos meios de comunicação, mas em apenas um aspecto que esse fenômeno apresenta, ou seja, a (re)descoberta e a valorização da literatura apócrifa.

O que é um texto “apócrifo”?

Nossa primeira tarefa é determinar o que significa caracterizar um texto como “apócrifo”. Entendemos o conceito de “apócrifo”³ em contraposição a “canônico”, ou seja, definimos como textos apócrifos aqueles que, apesar de escritos, aceitos e valorizados por um grupo pertencente a uma tradição religiosa, não gozam, contudo, da aceitação plena e geral, e por isso não são assumidos na lista (= cânon) dos textos considerados e reconhecidos como normativos (= canônicos) pelas demais comunidades daquela mesma tradição religiosa e/ou por suas instâncias normativas.

No caso da tradição judaico-cristã, conhecemos apócrifos tanto com relação ao Antigo quanto ao Novo Testamento. Exemplos dos primeiros são livros como “A Assunção de Moisés”, o “Livro de Henoc” etíope, o “Testamento dos 12 Patriarcas”, o “Livro dos Jubileus” e outros mais. A lista dos segundos é grande: Evangelho dos Nazarenos, dos Ebionitas, Evangelho Secreto de Marcos, Proto-Evangelho de Tiago, Evangelho da Infância de Tomé, Evangelho de Pedro, Evangelho da Verdade, Evangelho de Tomé, Atos de Pilatos, Atos de Paulo, Atos de Pedro, e muitos mais⁴. Neste artigo, ocupar-nos-emos do fenômeno dos apócrifos do Novo Testamento, pois o que nos interessa é discutir o valor desses textos como meios de acesso a Jesus Cristo.

Os inícios do processo de canonização

Uma vez que entendemos “apócrifo” em oposição a “canônico”, é importante que conheçamos como se deu o processo de seleção

² Numa reportagem recente sobre a infância de Jesus, uma revista semanal afirmava: “Essas histórias [apócrifos sobre a infância de Jesus], no entanto, começam a se espalhar inclusive entre os não-católicos, principalmente por ação de escritores que enxergam na força do mito Jesus um belo caminho rumo ao estrelato”. RABELO, C; FURTADO, J; CASTELLÓN, L. A infância de Jesus. *Istoé*, 10 out. 2007, n. 1980, p. 59. Para ampliar a compreensão do fenômeno no âmbito da comunicação social, sugerimos a leitura de DÍAZ MARCOS, C. Aproximaciones sensacionalistas, mercado e interés mediático por los evangelios apócrifos. *Sal Terrae*, v. 95/7, p. 563-576, julio-agosto 2007; MARTÍN-MORENO, J. M. El interés por los apócrifos: fenómeno mediático. *Sal Terrae*, v. 95/7, p. 589-601, julio-agosto 2007.

³ Literalmente: “oculto”, “escondido”.

⁴ Uma apresentação clara, breve e atualizada da literatura apócrifa do Novo Testamento encontra-se em KLAUCK, Hans-Joseph. *Evangelhos apócrifos*. São Paulo: Loyola, 2007. Cf. também MORALDI, L. *Evangelhos apócrifos*. São Paulo: Paulus, 1999; DE SANTOS OTERO, Aurelio. *Los evangelios apócrifos*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2001. Col Estudios y Ensayos BAC, 22); ERBETTA, Mario. (a cura di) *Gli apocrifi del Nuovo Testamento*. Casale Monferrato: Marietti, 1982 (4 volumes).

dos escritos, o qual resultou no estabelecimento de uma lista de livros considerados pela Igreja como inspirados e dignos de fé. Esse processo foi bastante longo, levou séculos até se concluir.

Alguns primeiros sinais da disposição para recolher e conservar escritos considerados inspiradores são percebidos já no texto mesmo do Novo Testamento, no modo como, por exemplo, as cartas de Paulo eram acolhidas e repassadas pelas várias comunidades cristãs da Igreja nascente. Assim lemos em 1Ts 5,27: "Conjuro-vos, no Senhor, que esta carta seja lida a todos os irmãos." Ou ainda em Cl 4,16: "Depois que esta carta tiver sido lida entre vós, fazei-a ler também na Igreja de Laodicéia. Lede vós também a que escrevi aos de Laodicéia.", e ainda em 2Tm 1,13: "Usa um compêndio das palavras sadias que de mim ouviste em matéria de fé e de amor em Cristo Jesus."

Em 2Pd 3,15s, encontramos, agora já fora do *corpus paulinum*, uma referência clara à importância dada à leitura dos textos de Paulo (e às dificuldades que esses textos apresentavam):

(...) também o nosso amado irmão Paulo vos escreveu, segundo a sabedoria que lhe foi dada. Isto mesmo faz ele em todas as suas cartas, ao falar nelas desse tema. É verdade que em suas cartas

se encontram alguns pontos difíceis de entender (...).

Outras informações sobre o processo de seleção criteriosa de material e sobre o modo de composição dos textos, encontramos no início do evangelho de Lucas:

Visto que muitos já tentaram compor uma narração dos fatos que se cumpriram entre nós (...) a mim também me pareceu conveniente, após acurada investigação de tudo desde o princípio, escrever de modo ordenado, ilustre Teófilo, para que verifiques a solidez dos ensinamentos que recebeste. (Lc 1,1.3s).

Também os dois finais do evangelho de João apresentam o tema da seleção de material:

Jesus fez ainda muitos outros sinais (...), que não se acham escritos neste livro. Esses, porém, foram escritos para crerdes que Jesus

é o Cristo, o Filho de Deus (...). (Jo 20,30s)

Há, porém, muitas outras coisas que Jesus fez e que, se fossem escritas uma por uma, creio que o mundo não poderia conter os livros que se escreveriam. (Jo 21,25).

Percebe-se, portanto, claramente como foi acontecendo o processo de produção e difusão dos textos do cristianismo nascente. Não tudo é posto por escrito⁵, mas apenas o que os autores

Alguns primeiros sinais da disposição para recolher e conservar escritos considerados inspiradores são percebidos já no texto mesmo do Novo Testamento...

⁵ Alguma coisa inclusive perdeu-se, como se entende a partir da referência de Paulo a uma carta dirigida à comunidade de Corinto e que seria, portanto, anterior à que chamamos de "Primeira aos Coríntios" (cf. 1Cor 9,16). Há ainda outra, dirigida à comunidade de Laodicéia, que tampouco chegou até nós (Cl 4,16).

consideravam fundamental para que a mensagem do Evangelho pudesse ser fielmente transmitida.

É claro que, nesses inícios, os autores neotestamentários não tinham ainda a consciência ou a pretensão de estabelecer uma nova Escritura. Como se lê em Paulo⁶, a expressão “Escrituras” ou “Escritura Sagrada” refere-se, naqueles primeiros tempos, ao conjunto de livros que os cristãos chamarão de Antigo Testamento (cf. 2Cor 3,14). Detectamos, contudo, em 2Pd 3,2, os inícios da percepção de que há algo novo surgindo: os cristãos começam a compilar material que formará a segunda parte da Bíblia cristã:

(...) a fim de vos trazer à mente as palavras preditas pelos santos profetas [Antigo Testamento] e o mandamento dos vossos apóstolos [Novo Testamento], a eles confiado pelo Senhor e Salvador.

As declarações oficiais sobre o cânon bíblico

O processo de estabelecimento de uma lista “oficial” de livros considerados inspirados, entretanto, só chegou a uma definição mais clara, no Ocidente, no final do séc. IV d.C. e, no Oriente, apenas pelo final do séc. VII d.C.

O processo de canonização, como se pôde ver, não foi imediato, nem isento de discussões.

(especialmente por causa da dificuldade em se aceitar o livro do Apocalipse). Contudo, já no séc. II d.C. encontra-se o testemunho de uma primeira lista de livros canônicos (o Cânon de Muratori), no qual, porém, faltam cinco dos livros mais tarde reconhecidos como canônicos. Em 360 d.C., o sínodo de Laodiceia proíbe a leitura litúrgica de textos que não sejam canônicos, o que demonstra que já então havia uma lista oficial de livros cuja confiabilidade era

oficialmente reconhecida. Também nos Santos Padres encontram-se comentários sobre livros cuja leitura era recomendada ou não. O Concílio regional de Hipona (393 d.C.) promulga a primeira lista oficial dos livros da Escritura Sagrada.

Todavia, o estabelecimento oficial, com caráter universal e definitivo, da lista dos livros sagrados só vai acontecer, na Igreja do Ocidente, com o Concílio de Trento, em 1546. Essa definição surge como reação à posição da Reforma, que excluía alguns livros do cânon do Antigo Testamento⁷.

O processo de canonização, como se pôde ver, não foi imediato, nem isento de discussões. Ao contrário, percebe-se nele um grande trabalho de seleção de textos. É interessante notar, como prova de como esse processo não foi tão simples, uniforme e inflexível, que se encontram citações, nos escritos de alguns dos Padres da Igreja, de textos que acabaram não

⁶ “Toda Escritura é inspirada por Deus” (2Tm 3,15s). Ver também Rm 1,2, e ainda 2Pd 1,20.

⁷ São os livros que a tradição da Reforma chamava de “apócrifos”, ao passo que a tradição católica os qualifica como “deuterocanônicos”: Judite, Tobias, 1 e 2 Macabeus, Sabedoria, Eclesiastes, Baruc e partes dos livros de Daniel e Ester. Para entender as razões dessa exclusão, ver KONINGS, J. *A Bíblia nas suas origens e hoje*. Petrópolis, Vozes, 2000, p. 19-20, 168-70, 179.

sendo incluídos no cânon⁸. Nada mais distante, portanto, do que de fato aconteceu, que a imagem de uma Igreja preocupada em esconder aos seus fiéis textos “perigosos” para a manutenção do seu “poder”, como muitas vezes a questão dos textos apócrifos é apresentada pela “literatura” sensacionalista⁹.

Muitos textos da literatura cristã primitiva que não foram acolhidos no cânon, contudo, continuaram exercendo influência na vida da Igreja.

Os critérios para a canonização

Os critérios que, ao longo desse processo, foram levados em conta para a determinação da credibilidade e autoridade de um texto, garantindo assim a sua aceitação no cânon, podem ser resumidos nos seguintes tópicos:

- 1) *Antiguidade*: possibilidade de remontar a origem do texto ao período apostólico.
- 2) *Origem apostólica*: possibilidade de referir a autoria do texto a um dos apóstolos.

3) *Aceitação universal*: aceitação ampla no âmbito das comunidades eclesiais, especialmente no que diz respeito ao uso na liturgia.¹⁰

4) *Analogia da fé*: concordância entre a mensagem do texto e o conteúdo da fé expresso nas formulações que procuravam sintetizá-la (credos e outras fórmulas litúrgicas, especialmente as dos ritos batismais).

Muitos textos da literatura cristã primitiva que não foram acolhidos no cânon,

contudo, continuaram exercendo influência na vida da Igreja. Haja vista a Didaqué, a Carta a Diogneto, as epístolas de Inácio de Antioquia, de Clemente e outros. Esses textos não são, contudo, chamados de “apócrifos”, pois eram e continuaram sendo considerados úteis para a comunidade cristã.

O termo “apócrifo” foi sendo, pois, reservado a textos que, pelas suas características (título, atribuição de autoria, temas), apresentavam-se, tácita ou explicitamente, como “candidatos”

⁸ “Informações” como o nome dos pais de Maria, Joaquim e Ana; a presença do burro e do boi no presépio; o número e os nomes dos “Reis magos”, a Verônica, o soldado romano Longino, etc., ainda que tenham sua origem em escritos não aceitos no cânon, vêm fazendo parte da piedade cristã ao longo dos séculos, sem, contudo, causarem dificuldades. Também festas do calendário litúrgico são originárias de tradições apócrifas (festa de S. Joaquim e Sant’Ana, da Apresentação de Maria). Também no Alcorão, as imagens de Jesus, de Maria, provavelmente remontam a textos apócrifos, especialmente ao Proto-Evangelho de Tomé (cf. GNILKA, Joachim. *Bíblia e Alcorão*: o que os une – o que os separa. São Paulo: Loyola, 2006. p. 65, 67, 128-130, 138).

⁹ Num anacronismo crasso, a mesma revista já citada (cf. nota 2), apresenta, na mesma reportagem, frases como: “Apesar de não receberem [tais textos] a chancela do Vaticano...”, ou “O termo apócrifo é empregado para designar relatos cuja autenticidade não é reconhecida pelo Vaticano”, ou ainda “episódios não aceitos pelo Vaticano,” (p. 58 e 60, grifos nossos). Ora, o “Vaticano” (como parece entendê-lo a revista) é uma realidade tardia na história da Igreja, tendo surgido alguns séculos depois das primeiras definições do cânon dos livros sagrados, que excluiu os textos apócrifos.

¹⁰ O fato de o livro do Apocalipse não ser lido na liturgia das Igrejas Orientais é ainda sinal da dificuldade que teve em ser aceito no cânon.

ao cânon, mas que, apesar disso não foram aceitos nele. Além disso, sua leitura era desaconselhada, pois era considerada inapropriada para a edificação da fé da comunidade. Quais seriam as razões para essa rejeição?

As dificuldades com os textos apócrifos

A não aceitação desses textos no cânon e as restrições quanto à sua leitura deveram-se especialmente ao fato de o seu conteúdo ter sido considerado, ao menos em parte, herético. Ora, o adjetivo “herético” significa, etimologicamente, “parcial”, “partidário”, ou seja, qualifica algo que representa o interesse de uma parte, de um grupo, em oposição ao do todo. De fato, os textos apócrifos representam concepções de Deus, de Jesus Cristo, do ser humano e da criação bastante particulares, muito marcadas pelo modo de pensar de determinado grupo, em oposição à grande Tradição eclesial.

Em geral, como se pode perceber nos textos encontrados especialmente no Egito (Oxyrhynchus, Nag Hammadi), há, na literatura apócrifa, uma acentuada influência do pensamento gnóstico¹¹.

A gnose é uma espécie de movimento filosófico-religioso que se encontrava bastante difundido nos primeiros séculos da era cristã.

A gnose é uma espécie de movimento filosófico-religioso que se encontrava bastante difundido nos primeiros séculos da era cristã¹². Grosso modo, podemos dizer que um dos seus traços principais é a concepção dualista da realidade: há um deus bom, princípio de todo bem, que criou tudo o que é “espiritual” (alma) e há um deus mau, princípio de todo mal, que criou o que é “material” (corpo). Daí decorre uma concepção antropológica que vê o ser humano como uma alma aprisionada em um corpo. Ela deve ser libertada dessa prisão, e o consegue apenas através da sua elevação pelo conhecimento (*gnósis*, em grego). O processo de elevação, contudo, não pode ser realizado por todos. Há apenas um grupo de seres humanos capazes de percorrê-lo. Esses são iniciados e acompanhados nesse processo por meio de rituais e instruções secretas (= apócrifas!!).

Como se percebe, nada pode ser mais contrário à mensagem genuinamente cristã da Encarnação: o Divino que se faz humano, que assume a condição de criatura, que entra no mundo e sofre as consequências dessa sua “descida” na carne.

Entre os evangelhos canônicos, evangelho de João é o que mostra sinais mais evidentes dos conflitos entre a mensagem cristã e a mentalidade gnóstica. Por vezes, o texto de João

¹¹ Para uma apresentação do pensamento gnóstico e sua relação com os escritos canônicos do Novo Testamento, ver: LAYTON, B. *As escrituras gnósticas*. São Paulo: Loyola, 2002 (espec. p. XVII-XXII). Para os textos de Nag Hammadi, ver KUNTZMANN, R.; DUBOIS, D. *Nag Hammadi: o Evangelho de Tomé: textos gnósticos das origens do cristianismo*. São Paulo: Paulinas, 1990 (Col. Documentos do Mundo da Bíblia, 6).

¹² “Mais do que nunca, a pesquisa dos apócrifos não pode prescindir da pesquisa sobre a gnose, e esta, por sua vez, mais do que nunca depende da pesquisa dos apócrifos.” KLAUCK, *op. cit.*, p. 268.

parece aproximar-se da gnose quando, por exemplo, fala da luta entre a luz e as trevas, a verdade e a mentira, quando usa o termo “mundo” num sentido negativo (cf. o Prólogo, Jo 1,1-18), quando insiste no verbo “conhecer”. João deixa, contudo, muito clara a sua discordância com o pensamento gnóstico quando afirma que a Palavra se fez *carne* e habitou entre nós (Jo 1,14). Ainda dentro da tradição joanina, também 1Jo 4,2, ao orientar a comunidade cristã sobre o discernimento a respeito dos espíritos, dá como critério de autenticidade a afirmação de Jesus Cristo vindo na carne. Quem não o confessa assim, é um falso profeta, que fala a partir de um espírito que não vem de Deus. Ora, nada mais avesso ao pensamento gnóstico do que a afirmação dessa comunhão entre divino e humano, espiritual e material, eterno e efêmero.

A imagem de Jesus nos textos apócrifos

Um dos pontos, portanto, de maior divergência entre os apócrifos e os textos acolhidos pela Igreja, tanto no cânon escriturístico quanto na prática da leitura edificante, é a imagem particular de Jesus que aqueles apresentam.

Um dos pontos, portanto, de maior divergência entre os apócrifos e os textos acolhidos pela Igreja, tanto no cânon escriturístico quanto na prática da leitura edificante, é a imagem particular de Jesus que aqueles apresentam.

Não se pode, é claro, negar que cada um dos quatro evangelhos canônicos tenha também suas “particularidades”. Podemos, com facilidade, determinar as características do Jesus de Marcos, de Mateus, de Lucas e de João¹³. Também os escritos paulinos apresentam sua percepção própria de Jesus. Essas percepções, ainda que “particulares”, marcadas pelos autores e comunidades nas quais surgiram e para as quais foram escritas, contudo, não chegaram a entrar em choque com a grande Tradição eclesial, como foi o caso dos escritos apócrifos.

Apesar da grande quantidade de textos considerados apócrifos e de certa variedade nas doutrinas a eles subjacentes, é possível sinalizar algumas concepções a respeito de Jesus que são

neles mais presentes e comuns.

Em primeiro lugar, como já afirmamos acima, há a imagem do Jesus marcado pelo pensamento gnóstico. Em geral, Jesus é identificado com a Sabedoria enquanto “emanação” de Deus. Jesus é o *Logos*, mas entendido não como Palavra, e sim como Razão. Jesus não é realmente Salvador, mas antes um Mestre que ensina aos escolhidos o caminho para que eles se libertem da angústia da ignorância e do aprisionamento na matéria (que é corruptível, e por isso, má). Devido ao dualismo espírito-matéria, o seguimento de Jesus é identificado com a ascese relativa ao mundo.

¹³ O esforço de Taciano (séc. II d. C.) em reunir os quatro evangelhos em um único texto (chamado *Diatéssaron*, ou seja, “[um] por quatro”); ainda que tenha sido, por um breve período, usado por comunidades na Síria, acabou rejeitado pela Igreja, que preferiu manter as quatro versões autônomas.

Como ilustração dessas marcas do gnosticismo, eis alguns trechos do Evangelho de Tomé¹⁴:

[56] Jesus disse:
"Aquele que conheceu o mundo encontrou um cadáver, e aquele que encontrou um cadáver é superior ao mundo."

[80] Jesus disse:

"Quem conheceu o mundo, encontrou o corpo, mas quem encontrou o corpo é superior ao mundo."

[84] Jesus disse: "Hoje, quando virdes um vosso semelhante, vos alegrais. Mas quando virdes vossas imagens, que foram feitas antes de vós, as quais não morrem nem são manifestas, por quanto suportareis?"

[87] Jesus disse: "Miserio é um corpo que depende de um corpo, e mísera é uma alma que depende de ambos."

[108] Jesus disse: "Aquele que bebe da minha boca tomar-se-á como eu, e eu mesmo me tomarei como ele, e ser-lhe-ão reveladas coisas ocultas."

É interessante também, como exemplo, a versão da parábola da ovelha perdida no assim chamado "Evangelho da Verdade":

Ele é o pastor que deixou as noventa e nove ovelhas que não se haviam perdido e foi em busca da que se havia perdido.

Jesus é o Logos, mas entendido não como Palavra, e sim como Razão.

Quando a encontrou, alegrou-se. Noventa e nove é um número calculado com a [mão] esquerda, que o sustenta. Mas quando o um é encontrado, o número inteiro passa para a [mão] direita. Assim acontece a quem tem falta do um, isto é, da [mão] direita inteira. Esta atrai o que falta, tomando-o da parte esquerda. Ele

passa à direita, e assim o número se torna cem. (Ev. da Verdade, n. 23)¹⁵.

Comparando-se o texto acima com as versões canônicas (Mt 18,12-14; Lc 15,4-7), percebe-se que aqui o foco da parábola não é mais a alegria pelo pecador resgatado pela misericórdia divina, mas a satisfação pela "completude", pela "unidade", o que recorda doutrinas neoplatônicas sobre o Uno¹⁶.

Em segundo lugar, especialmente nos evangelhos sobre a infância de Jesus, percebem-se traços fortes do docetismo, o qual ensina que Jesus teria tido apenas aparentemente um corpo físico, sendo antes um ser celeste aparecido em forma humana, negando assim a realidade da encarnação ("verdadeiramente homem")¹⁷. Já na sua infância, Jesus apresentava-se como um ser especial, que tudo sabia e podia. O Evangelho Árabe da Infância, por exemplo, narra assim a conversa que Jesus, aos 12 anos, teve com os sábios no Templo¹⁸:

¹⁴Evangelho de Tomé, *apud* MORALDI, *op. cit.*, p. 267, 271, 272; 275.

¹⁵ERBETTA, *op. cit.*, vol I, p. 528 (trad. nossa). A relação entre mãos e números baseia-se em métodos de cálculos usados na Antiguidade.

¹⁶Quanto à presença de elementos platônicos na gnose, ver LAYTON, *op. cit.*, p. 5,13,16.

¹⁷Quanto ao interesse ainda atual pela infância de Jesus e as tantas versões fantasiosas a esse respeito, ver BARREIRO, A. *Os trinta anos de Jesus em Nazaré*: escândalo inaceitável ou realismo da encarnação? São Paulo: Loyola, 2006 (especialmente p. 24-28).

¹⁸DE SANTOS, *op. cit.*, p. 163-4.

Encontrava-se ali um filósofo entendido em astronomia, o qual perguntou a Jesus se havia estudado essa ciência. A resposta de Jesus consistiu em fazer uma exposição do número de esferas e de corpos que há no firmamento, de sua natureza e propriedades, de sua contraposição, de seu aspecto triangular, quadrangular e hexagonal, de sua trajetória de ida e volta, de suas posições em minutos e segundos e de muitas outras coisas que a razão não alcança.

Certamente, a maioria das comunidades do cristianismo nascente não consi-

deraram essas imagens de Jesus adequadas para sua atividade missionária, para sua liturgia, sua catequese, as quais tinham o intuito de assegurar às pessoas o acesso a Jesus, a sua vida e mensagem.

O que os apócrifos podem oferecer?

Contudo, se por muito tempo os textos apócrifos do Novo Testamento não foram considerados dignos de confiança¹⁹, a pesquisa sobre o Jesus "Histórico", nascida no séc. XIX,

fará com que os pesquisadores tomem também esses textos em consideração na sua busca por informações sobre Jesus. Hoje em dia, tanto os textos canônicos quanto os apócrifos (especialmente aqueles comprovadamente mais antigos) vêm sendo submetidos aos mesmos procedimentos de pesquisa²⁰.

Em certo sentido, portanto, podemos considerar os escritos apócrifos como fontes de alguma informação. Mas de que tipo de informação? Em primeiro lugar, abrem-nos uma janela importante para o mundo em que nasceu e começou a formar-se a Igreja, ou seja, os primeiros séculos da era cristã. A leitura dos apócrifos permite-nos perceber correntes de pen-

samento, de modo especial a gnose, com as quais a mensagem cristã se encontrava, exercendo e sofrendo influências.

Em segundo lugar, percebe-se que não houve uma uniformidade na apreensão e transmissão da mensagem do Evangelho. À medida que a Boa Nova se espalhava, foi sendo apreendida e transmitida de modos variados, nem sempre, contudo, aceitos por todos. Aos poucos, porém, foram sendo definidos limites, mais ou menos flexíveis, para determinar o que poderia ou não ser ainda considerado "Evangelho".

Em terceiro lugar, alguma informação sobre o Jesus "Histórico" pode ser respigada de

**Em certo sentido,
portanto, podemos
considerar os escritos
apócrifos como fontes
de alguma informação.**

¹⁹ Já Agostinho afirmava dos apócrifos: "têm alguma verdade, mas por causa das muitas coisas falsas, não gozam de nenhuma autoridade" (*De Civitate Dei*, 15,23,4, *apud* MORALDI, *op. cit.*, p. 32).

²⁰ Para uma apresentação e uma avaliação detalhadas dessa busca, ver THEISSEN, Gerd; MERZ, Annette. *O Jesus Histórico: um manual*. São Paulo: Loyola, 2002. (Col. Bíblica Loyola, 33). p. 39-45, 57-74. "Na abordagem histórica de Jesus elas [as fontes sinóticas] permanecem as fontes decisivas, simplesmente devido à riqueza de material. O mais importante é ter em mente seu caráter seletivo e recorrer a outras fontes como possíveis corretivos." (p. 80).

textos apócrifos. Segundo Theissen²¹, dentre os evangelhos apócrifos, o de Tomé é o que mais provavelmente oferece dados de tradições antigas sobre Jesus independentemente dos evangelhos canônicos²², o que lhe garante certo valor na pesquisa histórica. Uma análise da sua versão da parábola dos vinhateiros maus, por exemplo, parece ser mais antiga do que as que se encontram nos evangelhos canônicos²³. Contudo, mesmo esse “evangelho” (na verdade, uma coletânea de 114 ditos atribuídos a Jesus, cuja metade tem paralelos nos evangelhos canônicos) já mostra, como vimos acima, sinais de influência gnóstica²⁴. A imagem de Jesus no Evangelho de Tomé, portanto, apresenta um afastamento da imagem de Jesus dos evangelhos canônicos.

O atual interesse pelos apócrifos

Mas o que, então, levaria tantas pessoas, inclusive um público não acadêmico, a se interessarem hoje pelos textos apócrifos, em especial pelos assim chamados “evangelhos”? Arrisco algumas hipóteses, sem a pretensão de esgotar o tema.

Como já afirmado acima, no âmbito acadêmico, a busca pelo Jesus Histórico certamente influenciou a renovação do interesse pelos textos apócrifos. Os pesquisadores abandonaram a atitude de desprezo por eles como possíveis fontes de informação e passaram a encará-los como material de pesquisa, mesmo chegando

à conclusão das limitações próprias desses textos quanto a dados sobre o Jesus “Histórico”.

Da Academia, o interesse pelos textos apócrifos parece ter chegado ao âmbito mais amplo da divulgação em geral. Essa passagem tem, possivelmente, a ver com certas mudanças que começam a ocorrer na segunda metade do século passado.

Desde os inícios da Modernidade, a partir do séc. XVII, a religião e as questões referentes à vida de fé estiveram não somente sob crescente suspeita, mas passaram mesmo a ser consideradas, pela elite intelectual, como subprodutos da mente humana, como meras superstições e resquícios de uma humanidade ainda não esclarecida pelas luzes da Razão.

Contudo, com a crise da Modernidade e da Racionalidade por ela apregoada, e com o início do que vem sendo chamado de Pós-Modernidade, renasceu o interesse pelo Religioso, pelas religiões, seus textos, seus ritos, por seus protagonistas. O homem dito “pós-moderno” retorna às experiências religiosas em busca do sentido que a Razão lhe prometera, mas que não lhe conseguira garantir.

Pois bem, se há esse movimento de volta ao Sagrado, ele é, contudo, acompanhado pela desconfiança com relação ao que seja institucional. As instituições (não apenas as religiosas, mas também as políticas, as governamentais, as administrativas) são colocadas sob a suspeita, ou mesmo a acusação, de buscarem apenas seus próprios interesses e a manutenção de seu poder e prestígio.

²¹Cf. THEISSEN, *op. cit.*, p. 58.

²²Boa parte da literatura apócrifa, na verdade, tem como base, senão os textos canônicos, pelos menos suas fontes.

²³Cf. THEISSEN, *op. cit.*, p. 59-60.

²⁴THEISSEN, *op. cit.*, p. 60-61.

A reação "anti-canônica"

Nesse sentido, a Igreja, seu Magistério, sua Tradição, tampouco ficaram imunes às atitudes de desconfiança e a aquelas acusações. Em certos ambientes (e não apenas naqueles tradicionalmente anticlericais), formou-se inicialmente a suspeita e amadureceu, depois, a acusação de que, por séculos, a Igreja (entendida no sentido restrito da sua Hierarquia) viesse escondendo aos seus fiéis informações perigosas para a manutenção do *statu quo*. Os textos apócrifos, agora finalmente "descobertos"²⁵ e "libertados" do esconimento ao qual a "Igreja" os teria submetido, surgiriam como portadores de verdades incômodas, que abalariam os alicerces das convicções sobre as quais a "Igreja" construíra, ao longo dos séculos, seu poder no mundo.

Com a "descoberta" do Jesus apresentado pelos textos injustamente taxados e tratados de apócrifos, uma nova imagem de Jesus, mais verdadeira, poderia finalmente ser composta. Com os apócrifos, teríamos um novo e verdadeiro acesso a quem foi de fato Jesus de Nazaré, desprovido das máscaras impostas a ele pela "Igreja". Estamos na mesma linha de palavras de ordem do tipo "Jesus sim, Igreja não!" (como

já antes se havia dito: "Deus sim, religião não!"). Junte-se a isso certa curiosidade pelo "novo", pelo "diferente", e eis uma boa base para o lançamento do material apócrifo como produto de consumo para o grande público.

As pessoas que assumem as posições acima descritas partem, pois, do princípio de que se podem encontrar nos "evangelhos apócrifos" informações não só relevantes, mas surpreendentes a respeito de Jesus. Essas informações revelariam um Jesus mais humano, mais aberto, mais tolerante, menos dogmático,

em contraposição à imagem forjada e imposta pela "Igreja" com base nos evangelhos canônicos e às doutrinas a partir deles elaboradas, as quais seriam machistas, abominariam o prazer, desprezariam o corpo, hiper-valorizariam a continência, a castidade e o celibato, seriam autoritárias, moralistas, hipócritas, etc.

Também alguns personagens do Novo Testamento, que teriam sido relegados ao esquecimento, ao desprezo ou a uma avaliação injusta (como, por exemplo, Maria Madalena e Judas Iscariotes), poderiam agora ser apreciados na sua verdade, finalmente libertada de séculos de preconceitos eclesiais.

Que as atitudes do tipo acima descrito, e para nós também condenáveis, tenham estado

Com a "descoberta" do Jesus apresentado pelos textos injustamente taxados e tratados de apócrifos, uma nova imagem de Jesus, mais verdadeira, poderia finalmente ser composta.

²⁵ Mesmo antes da "explosão midiática" dos apócrifos, o público brasileiro já tinha acesso fácil a parte dessa literatura. Haja vista a publicação da coleção "Bíblia Apócrifa" pela editora Vozes, a partir do final dos anos 80, organizada por Lincoln Ramos. Eis alguns títulos: *A história do nascimento de Maria: Proto-Evangelho de Tiago* (1988); *Fragmentos dos evangelhos apócrifos* (1989); *São José e o Menino Jesus: História de José o carpinteiro e Evangelho do Pseudo-Tomé* (1990); *Morte e Assunção de Maria: Trânsito de Maria; Livro do Descanso* (1991).

e continuem ainda presentes na vida e nos ensinamentos apresentados pela Igreja ao longo dos séculos, não se pode negar. Que se necessite apelar aos apócrifos para que se tenha à disposição argumentos contra essas atitudes é mais que duvidoso. E isso pelas seguintes razões.

Em primeiro lugar, porque os apócrifos, em geral muito marcados pelas idéias gnósticas, afirmam com muita veemência exatamente essas atitudes dualistas de desprezo do corpo, de superioridade da "alma" em detrimento da "matéria", bem como de inferioridade da mulher em relação ao varão²⁶.

Em segundo lugar, uma leitura serena e desarmada dos evangelhos canônicos oferece argumentos mais do que suficientes para que possamos fundamentar evangelicamente o esforço de renovação da Igreja na sua tarefa de anunciar o Evangelho para os dias de hoje. Ajustes, adaptações,

**Ajustes, adaptações,
correções, inovações
sempre necessários no
processo dinâmico que
é a Tradição viva da
Igreja vêm acontecendo
ao longo de mais de
dois milênios.**

correções, inovações sempre necessários no processo dinâmico que é a Tradição viva da Igreja vêm acontecendo ao longo de mais de dois milênios. Não são os apócrifos, com suas "novidades", que prestarão o melhor serviço nesse contínuo processo de renovação da vida da Igreja. Ele acontece na relação tensa que a expressão "fidelidade criativa" tão bem apresenta.

Em terceiro lugar, os textos apócrifos surgem como produto de grupo que se consideram os "escolhidos". São dirigidos a uma elite de iluminados à qual poucos conseguem ter acesso. Por isso, inicialmente, a caracterização desses textos como "apócrifos" não era negativa; ao contrário, queria significar que eles deveriam permanecer "escondidos", "secretos", sendo apresentados apenas aos já "iniciados". A Boa-Nova de Jesus não é dirigida a alguns poucos (mesmo que talvez não sejam tantos os que de fato a compreendam e vivam), mas é proposta

a todos: "Eu vim para que todos tenham vida!" (Jo 10,10). Portanto, buscar orientação e inspiração para a vida cristã nos apócrifos é contradizer o cerne do Evangelho.

Será que nós, pelo menos os cristãos católicos, não deveríamos levar mais a sério o Concílio Vaticano II, quando, recolhendo a mais lídima tradição da Igreja, reafirma na Constituição

Dogmática *Dei Verbum* (18-19):

(...) Que os quatro Evangelhos têm origem apostólica, a Igreja sempre e em toda parte o ensinou e ensina. Pois, aquilo que os Apóstolos pregaram por ordem de Cristo, eles próprios e os varões apostólicos sob a inspiração do Espírito Santo no-lo transmitiram em

²⁶Um exemplo é o último dito do Evangelho de Tomé: [114] "Simão Pedro lhes disse: 'Que Maria saia de nosso meio, pois as mulheres não são dignas da Vida.' Jesus disse: 'Eis que vou guiá-la para fazê-la macho, para que ela se torne também espírito vivo semelhante a vós, machos. Pois toda mulher que se fizer macho entrará no Reino dos céus.'" Evangelho de Tomé, *apud* KUNTZMANN, *op. cit.*, p. 61. Quanto à posição dos apócrifos com relação ao corpo e à sexualidade, ver: PETERSEN, S. "Selig sind, die dieser Welt entsagt haben...": Askese, Körperfeindlichkeit und die Aufhebung der Geschlechterdifferenz. *Bibel und Kirche*, Stuttgart, v. 60, n. 2, p. 102-107, 2005

escritos que são o fundamento da fé, a saber, o quadriforme Evangelho – segundo Mateus, Marcos, Lucas e João. (n. 18)

A Santa Mãe Igreja firme e constantemente creu e crê que os quatro mencionados Evangelhos, cuja historicidade afirma sem hesitação, transmitem fielmente aquilo que Jesus, Filho de Deus, ao viver entre os homens, realmente fez e ensinou para a salvação deles (...). Os autores dos quatro Evangelhos, escolhendo certas coisas das muitas transmitidas ou oralmente ou já por escrito, fazendo síntese de outras ou explanando-as com vistas à situação das igrejas, conservando enfim a forma de proclamação, sempre de maneira a transmitir-nos verdades autênticas a respeito de Jesus. Pois foi esta a intenção com que escreveram (...). (n. 19)

Conclusão

1) Não se duvida de certa importância do estudo e conhecimento dos textos apócrifos para que se conheçam o ambiente e a mentalidade em que as várias comunidades da Igreja formaram sua identidade, tanto no que diz respeito à assimilação de influências quanto no que diz respeito à rejeição de práticas, doutrinas, modos de pensar que consideravam incompatíveis com o Evangelho por elas recebido e transmitido.

2) Muito material que se encontra nos evangelhos apócrifos foi tomado dos canônicos, ou, pelos menos, das mesmas fontes, de modo que

a sua pretensa novidade é, na realidade, bem menor do que se alardeia. Há nos apócrifos mais antigos, bastante material comum aos evangelhos canônicos, mas esse material é retrabalhado sob a ótica das idéias gnósticas, docetistas, maniqueístas (cf. acima, o exemplo da parábola da ovelha perdida). O que é "original" nos apócrifos é o que exatamente provocou sua rejeição pela maior parte das comunidades cristãs.

3) Há, sem dúvida, uma *inadequação e um equívoco na pretensão de usar os textos apócrifos para a fundamentação da nossa experiência de fé*. O conteúdo da fé não é "inventado" a cada geração que o recebe, mas assimilado e re-compreendido no novo contexto. A fé que vivemos entende-se no bojo da Tradição transmitida em e por uma comunidade. Essa Tradição remonta à experiência dos primeiros seguidores de Jesus. Após terem vivido com ele, e tendo sido iluminados pela experiência central da nossa fé que é o mistério da sua Paixão, Morte e Ressurreição, esses seus seguidores levaram outras pessoas a fazer elas mesmas a experiência de encontro com o Senhor Ressuscitado. Inicia-se assim a transmissão da experiência vivida com o Senhor.

Essa transmissão, inicialmente apenas oral²⁷, vai sendo aos poucos consignada por escrito em textos que, uma vez recebidos pelas várias comunidades cristãs como autoritativos, passam a ser balizas que orientam e garantem a legitimidade do que é transmitido. A Escritura, tanto o Antigo quanto o Novo Testamento, nasce na e da Tradição. Uma vez que a comunidade de fé define o que é sua Escritura, esta se torna medida de aferição (=cânon) da própria Tradição.

²⁷ Assim diz Paulo: "Transmiti-vos em primeiro lugar, aquilo que eu mesmo recebi" (1Cor 15,3, cf. ainda 1Cor 11,23).

O acesso a Jesus só é possível no âmbito da comunidade de fé que mantém viva e produtiva a Sua Memória. Ora, essa comunidade, deliberadamente, escolheu ao longo dos séculos, como vimos acima, alguns textos que considerou inspiradores, necessários e suficientes para esse serviço. Essa mesma comunidade, também deliberadamente, excluiu textos que considerou inadequados. O recurso aos textos apócrifos com o intuito de neles encontrar “verdades” ou A verdade sobre Jesus é, portanto, no mínimo, duvidoso, uma vez que a comunidade de fé os desconsiderou no processo da Tradição.

Não podemos, pois, esquecer ou colocar entre parênteses o dado de que nós, cristãos católicos, só nos podemos entender como tais no interior dessa Tradição. Por isso vale a pena refletir quanto ao verdadeiro proveito que pessoas sem a devida orientação e maturidade, possam ter para sua vida de fé na leitura dos textos apócrifos. Querer colocar como alicerce

da própria fé, um outro fundamento que não aquele que recebemos, como diz Paulo em 1Cor 3,11 (“Ninguém pode colocar outro alicerce diferente daquele que já foi posto, Jesus Cristo”), significa, queiramos ou não, abandonar essa comunidade de fé²⁸.

O Jesus ao qual se chega através dos apócrifos certamente não é aquele que gerações e gerações de cristãos reconheceram e aclamaram como seu Senhor e Salvador, seu irmão e seu companheiro.

Pe. Claudio Paul, SJ – Mestre em Sagrada Escritura pelo Pontifício Instituto Bíblico (Roma). Professor de Bíblia na Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (Belo Horizonte)

Endereço do autor:

Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus
Avenida Dr. Cristiano Guimarães, 2127 – Planalto
31720-300 Belo Horizonte – MG
Tel: (31) 3499-1624 e Fax: (31) 3499-1611

**QUESTÕES PARA
AJUDAR A LEITURA
INDIVIDUAL OU
O DEBATE EM
COMUNIDADE**

- 1 - Conhecer os textos apócrifos me ajuda a compreender os textos canônicos?
- 2 - Podemos considerar os escritos apócrifos como fontes de alguma informação. Mas que tipo de informação?
- 3 - O que levaria tantas pessoas a se interessarem hoje pelos textos apócrifos, em especial pelos “evangelhos”?

²⁸Nesse sentido, sugiro ler (ou reler): KONINGS, J. Narrando e celebrando. *Convergência*, n. 405, setembro 2007, p. 413-421 (especialmente p. 417-420).

Reflexões sobre o Carisma da Vida Consagrada e dos Institutos Particulares

PE. PAULINUS YAN OLLA, MSF

A questão fundamental colocada sempre de novo se refere ao carisma dos/as fundadores/as. A resposta só é possível a partir de uma outra questão mais profunda: o que é um carisma? Nesta reflexão, ofereço alguns elementos em torno destas duas questões, em sete momentos: os carismas no NT; compreensão teológica dos carismas; carisma dos/as fundadores/as; carisma dos institutos; métodos de releitura dos carismas; fontes dos carismas; parâmetros e critérios para uma releitura consistente dos carismas.

1. Os carismas no Novo Testamento

1.1. *Carisma nos escritos de São Paulo*

A expressão "carisma" é raramente empregada no Novo Testamento: apenas 17 vezes, praticamente só nos escritos de Paulo, com exceção da primeira carta de Pedro. Esta expressão tem a mesma raiz que *charis*, palavra que indica, ao mesmo tempo, a bondade daquele que dá, o próprio dom e a gratidão suscitada na pessoa beneficiada.

Charites (plural de *charis*) é uma expressão bastante comum no grego profano, mas não aparece nenhuma vez no Novo Testamento. Isso porque talvez, do ponto de vista cristão, a *charis* é única. Mas a palavra *charisma* é usada também no plural (*charismata*), e isso porque

as modalidades de comunicação de um mesmo dom (da *charis*) são múltiplas.

A expressão *charisma* é empregada por Paulo em diferentes contextos. *Charisma* pode significar a justificação (cf. Rm 5,15-16), a vida eterna (cf. Rm 6,23), os dons concedidos aos judeus no Antigo Testamento (cf. Rm 11,29), uma forma particular de vida (cf. 1Cor 7,7), a libertação do perigo da morte (cf. 2Cor 1,11), os ofícios relativos à vida da comunidade (cf. 1Cor 12; Rm 12; 1Pd 4,10). Entretanto, um sentido unitário e fundamental está na base da expressão: trata-se de *um dom da graça no âmbito moral ou existencial; a concretização e identificação pessoal da graça salvífica concedida por Deus.*

É o Espírito Santo que comunica os dons de Deus e dispensa os carismas aos fiéis. "Existem dons diferentes (*charismata*), mas o Espírito é o mesmo; diferentes serviços (*diakonia*), mas o Senhor é o mesmo; modos de agir (*energhémata*), mas é o mesmo Deus que realiza tudo em todos (1Cor 12,4-6). As operações ou energias que procedem do Pai, que é fonte da vida, e que assumem o aspecto de ministérios, se referem a Cristo, que veio para servir, e nascem sob a forma de carismas em virtude do Espírito. Estas ações denotam o caráter totalmente gratuito, imprevisível e eternamente novo dos dons concedidos pela Trindade.

Como dom divino, o carisma não pode nunca ser considerado separado da sua fonte. Ninguém pode se apropriar dele. *É um dom gratuito que o fiel não pode senão acolher.* O dom se

diferencia do talento, que é uma qualidade humana inerente à própria natureza humana, mesmo que consideremos o ser humano inteiramente revestido do dom do Espírito e totalmente engajado na colaboração com o projeto divino.

1.2. Os carismas a partir de Rm 12 e 1Cor 12-14

A partir de 1Cor 12-14 e Rm 12, podemos tirar as seguintes conclusões no que se refere à questão dos carismas:

a) *Existe na Igreja uma grande variedade de dons e vocações*, e a lista de carismas apresentada é apenas um exemplo. Os exegetas concordam sobre o fato de que a lista apresentada por Paulo não é completa e exaustiva, pois os carismas são tantos quantas são as necessidades da Igreja nos diferentes períodos de sua existência.

b) *É Deus quem concede estes dons*. Eles são chamados de carismas para sublinhar seu caráter gratuito. A concessão direta e imediata destes dons às pessoas é uma ação da Trindade, mas é atribuída particularmente ao Espírito Santo.

c) *Deus confia graças, tarefas e missões particulares aos fiéis em vista do serviço à comunidade*. Os carismas, enquanto tais, têm uma finalidade comunitária. Carisma supremo, a caridade é o dom mais importante para a construção e o crescimento da Igreja, dom que confere sentido aos demais dons.

d) *Mesmo mediante a diversidade de dons, o Espírito jamais justifica o individualismo*. Ao contrário, ele integra todos os fiéis num único

corpo, e assim os dons são organizados. Os carismas edificam a Igreja na harmonia e na complementaridade. Eles representam e criam a variedade e a unidade no seio da Igreja.

2. Compreensão teológica dos carismas

2.1. O emprego do conceito no seio da Igreja

É muito difícil sistematizar o ensino do Vaticano II sobre a questão dos carismas dos institutos religiosos sem levar em conta a evolução teológica pré-conciliar. Antes do Concílio, algumas reflexões teológicas já haviam destacado a dimensão comunitária e pneumatológica da Igreja (elaborada especialmente pelas escolas romana e de Tübingen).

Estas reflexões desembocaram na Encíclica *Mystici Corporis*, de Leão XIII. As reflexões de teólogos como Scheeben, Newmann e Rosmini foram acolhidas pelo Vaticano II. Naquela época havia um interesse crescente pelas fontes da teologia e da vida cristã, manifestado especialmente pelos mo-

vimentos litúrgico, bíblico e patristico.

Tais reflexões contribuíram para o avanço na compreensão do papel do Espírito Santo e para entender que sua presença é sempre importante na vida da Igreja. Assim, a partir do Espírito que anima a Igreja, chegou-se a uma nova compreensão da sua dimensão de mistério. Compreendeu-se a dimensão intrinsecamente pneumatológica do acontecimento eclesial.

**É muito difícil
sistematizar o ensino do
Vaticano II sobre a
questão dos carismas
dos institutos religiosos
sem levar em conta a
evolução teológica pré-
conciliar.**

A encíclica *Mystici Corporis* representa uma das primeiras sínteses da evolução do termo *charisma*. Pio XII indica que os carismas são um elemento estrutural da Igreja. Ao contrário da perspectiva dominante até aquele momento, Pio XII sublinha que os carismas não são apenas intervenções extraordinárias que o Espírito operou na Igreja das origens, mas também formas ordinárias de serviço à comunidade eclesial.

2.2. A doutrina sobre os dons extraordinários

Para uma melhor compreensão da questão dos carismas, apresento nas linhas seguintes um breve apanhado sobre as diferentes abordagens que o conceito recebeu na história da teologia. A dimensão pneumática da Igreja ocupa um lugar particular na redescoberta do valor dos carismas.

Orígenes começou a qualificar os carismas como fenômenos extraordinários, típicos da Igreja primitiva, e cada vez mais raros na Igreja de sua época. Ele escreve: "Os sinais do Espírito Santo se manifestaram no início, na época do ensinamento de Jesus, de forma mais frequente após sua ascensão, e depois muito raramente. Hoje não resta dele senão alguns poucos traços."¹

A reflexão sobre essa diminuição progressiva dos carismas, proposta por Orígenes, será elaborada definitivamente por São João Crisóstomo. Este entende que os carismas

havia sido concedidos por Deus à Igreja primitiva como meio pedagógico para favorecer seu crescimento e dar credibilidade ao seu anúncio. João Crisóstomo pensa, sobretudo, nos carismas extraordinários, como os milagres. Segundo ele, os carismas desapareceram porque, numa Igreja adulta, não são mais necessários.

Santo Agostinho partilhava do mesmo pensamento. Para ele, os carismas extraordinários se destinavam à Igreja primitiva e, nos tempos seguintes, foram substituídos pela santidade.

Gregório Magno fará eco ao pensamento de João Crisóstomo e Agostinho. A partir dele, esta será a forma habitual de interpretar a realidade dos carismas, considerados como fenômenos extraordinários ligados às origens da Igreja.

2.3. O percurso histórico do termo

Paralelamente a esta evolução histórica da doutrina o conceito *carisma* conhece seu próprio percurso conceitual. Na *patristica grega*, ele continuou a ser empregado no sentido de dom, para designar tudo aquilo que vem de Deus. Mais tarde, ele passa a compreender o talento e as qualidades de uma pessoa, a predisposição natural para re-

alizar as atividades confiadas, mesmo mantendo o sentido originário e sua referência a Deus.

Será necessário esperar até o fim do século XIX para que o conceito *carisma* receba de novo importância teológica, assumindo definitivamente

A encíclica *Mystici Corporis* representa uma das primeiras sínteses da evolução do termo *charisma*. Pio XII indica que os carismas são um elemento estrutural da Igreja.

¹ *Contra Celsum*, VII, 8.

o sentido de *dom extraordinário do Espírito Santo*. O termo foi amplamente usado por A. Harnack e R. Sohm, no interior de uma reflexão que estabelecia oposição entre carisma e hierarquia, e em vista de reinterpretar a história da Igreja primitiva.

A nova sensibilidade teológica que se manifesta na *Mystici Corporis* chama a atenção sobre os carismas dentro do quadro da eclesiologia. Graças a esta encíclica, os tratados de teologia começam a falar explicitamente sobre os carismas. A expressão é empregada não apenas para compreender os dons extraordinários concedidos por Deus, mas também as *gras particulares concedidas aos cristãos nos seus estados específicos de vida*. Passa-se a falar do carisma dos médicos, dos enfermeiros, dos leigos, dos esposos, dos professores, etc.²

É Karl Rahner que coloca a reflexão sobre os carismas e a criatividade do Espírito no âmbito da vida religiosa. Ele destaca que o monaquismo, as ordens medievais, as congregações do século XIX têm origem carismática e que seus fundadores eram dotados de carismas. Ele afirma que tais carismas foram incorporados pelas regras aprovadas pela Igreja e, conseqüentemente, continuaram nos respectivos institutos.³

No momento em que a teologia lança as bases para entender a vida religiosa e os institutos particulares no horizonte dos carismas, a

Por volta dos anos 50, o crescente interesse pela própria identidade se estendeu ao domínio da história, especialmente da história das origens, a fim de oferecer um fundamento mais seguro à busca da própria identidade.

espiritualidade orienta os institutos na direção da redescoberta de uma identidade específica e desafia a uma pesquisa mais profunda de suas próprias origens.

Os estudos acadêmicos sobre a espiritualidade desenvolvidos na década de 1920 foram logo assimilados por um grande número de famílias religiosas na reflexão sobre sua espiritualidade específica. Até aquele momento, para indicar os valores típicos que animam um instituto, empregava-se principalmente o termo “espírito”. Sob a influência dos novos estudos acadêmicos, passou-se a falar de “espiritualidade”, entendida como uma reflexão sistemática e científica sobre o “espírito” que anima o vivido.

Por volta dos anos 50, o crescente interesse pela própria identidade se estendeu ao domínio da história, especialmente da história das origens, a fim de oferecer um fundamento mais seguro à busca da própria identidade. Este interesse se revela na criação e desenvolvimento de centros de estudos pelos institutos. Os textos das origens, que eram considerados apenas como relíquias a venerar, tornam-se fontes de estudo. Algumas famílias religiosas descobriram pela primeira vez seu fundador/a autêntico/a, e outras puderam compreender melhor os acontecimentos da fundação, ou ter entre as mãos um material da mais alta importância para sua espiritualidade.

² S. Tromp, “L’Esprit Saint âme de l’Église”, em: *Dictionnaire de Spiritualité*, IV/2 (1961), 1296-1302.

³ Cf. Karl Rahner, *L’elemento dinamico nella Chiesa*, Morcelliana, Brescia, 1970, p. 55-58.

2.4. Os carismas no Vaticano II

No Concílio Vaticano II o conceito *carisma* foi empregado com prudência. Nos documentos preparatórios e nos debates das diferentes sessões, várias vozes se levantaram para lembrar que os carismas eram coisas próprias da Igreja primitiva; como não haviam sido mais necessários nos tempos posteriores da Igreja, teriam desaparecido.

A constituição dogmática *Lumen Gentium*, oferece uma eclesiologia que, com seus traços pneumáticos, permite perceber a ação múltipla do Espírito Santo. Ela reconhece que o Espírito Santo forma e dirige a Igreja graças a uma diversidade de dons hierárquicos e carismáticos.⁴ Assim, os dons carismáticos são os instrumentos de ação permanente que o Espírito exerce no seio da Igreja. Trata-se de graças particulares que certos membros do povo de Deus recebem em resposta a uma exigência do corpo místico, para seu bem e crescimento harmonioso. O Vaticano II reconhece, ao lado dos carismas "extraordinários", aqueles "mais simples e amplamente difundidos".⁵ Desse modo, o Concílio retoma o conceito paulino de carisma, inspirando-se em 1Cor 12-14 e Rm 12.

Graças ao Vaticano II e a toda evolução que teve, a noção de carisma acabou sendo uma das mais empregadas no atual processo de renovação da vida consagrada. Entre os numerosos carismas mediante os quais o Espírito

anima e guia a Igreja, o mais destacado é o carisma da vida consagrada que, no decurso dos séculos, atualiza de diferentes formas o apelo ao seguimento de Cristo pelo caminho dos conselhos evangélicos.

3. O carisma do/a fundador/a

O conceito teológico *carisma*, não aparece nos textos oficiais do Vaticano II empregado em relação à vida consagrada. Com efeito, ele é empregado pela primeira vez num documento oficial da Igreja em 1971, no parágrafo 11 da Exortação Apostólica *Evangelica Testificatio*, de Paulo VI. Insistindo na necessidade expressa

pela *Perfectae Caritatis* de conjugar a contemplação com o amor apostólico, Paulo VI afirma que "só assim que vocês poderão acordar os corações para a verdade e o amor divino, segundo o carisma dos fundadores, suscitados por Deus na Igreja".

O documento da Sagrada Congregação para os Religiosos e Institutos Seculares *Mutuae Relationes* (1978),

que trata das relações entre bispos e religiosos no interior da Igreja, acolhe a terminologia paulina e delimita seu conteúdo em relação à vida consagrada. A partir desse momento, o termo "carisma" e as expressões "carisma da vida consagrada", "carisma do/a fundador/a", "carisma do instituto" passam a ser correntes nos documentos oficiais e discursos do Papa.

Graças ao Vaticano II e a toda evolução que teve, a noção de carisma acabou sendo uma das mais empregadas no atual processo de renovação da vida consagrada.

⁴ Cf. *Lumen Gentium*, 4.

⁵ Cf. *Lumen Gentium*, 12.

O carisma do/a fundador/a é o *dom pessoal* e não *transmissível* que uma pessoa recebe do Espírito Santo e que a coloca na origem de uma família religiosa. Trata-se de um dom particular doado a/ o fundador/a para fundar um instituto. Estando na origem da experiência da fundação, o carisma do/a fundador/a apresenta as principais linhas espirituais que caracterizam a identidade própria do instituto, sua missão na Igreja, sua espiritualidade.

O carisma do/a fundador/a é o dom pessoal e não transmissível que uma pessoa recebe do Espírito Santo e que a coloca na origem de uma família religiosa.

De fato, um carisma não existe abstratamente, como não existe uma fundação abstrata. O dom do Espírito *é sempre concreto e tem um conteúdo muito preciso*.⁶ Os/as fundadores/as vivem uma experiência particular do Espírito que os/as introduz numa nova compreensão existencial do mistério de Cristo, do Evangelho, da vida cristã, de forma a *definir a fisionomia de uma obra*, a qual se traduz em serviço à Igreja e à sociedade como uma resposta concreta aos sinais dos tempos.

Os/as fundadores/as são chamados a comunicar a outros/as sua experiência. Como um código genético, eles/as carregam em si mesmos/as as intenções fundamentais, o projeto futuro da inspiração original. Esta experiência pessoal dos/as fundadores/as é destinada a ser vivida e atualizada pelos/as adeptos/as de ontem, hoje e amanhã. Os conteúdos dessa experiência constituem isso que normalmente denominamos o *carisma do/a fundador/a*.

Quando alguém nos apresenta de forma direta a pergunta sobre qual é o carisma do/a nosso/a fundador/a, nós compreendemos imediatamente que tal pessoa nos interroga sobre sua opção de vida, suas intenções fundamentais, seus ideais e motivações; sobre a vida, a natureza, a finalidade, o caráter e sobre a missão que estão na origem da nossa família religiosa.

4. O carisma do Instituto

O carisma do/a fundador/a, uma vez *vivido e partilhado no curso da história*, torna-se o *carisma do instituto*. Por “carisma do instituto” podemos compreender o desenvolvimento das virtualidades e possibilidades genéticas contidas no carisma do/a fundador/a.

No decurso de sua história, o carisma do/a fundador/a *vivido pelo instituto*, conservando a identidade e a fidelidade, desenvolve possibilidades não previstas e é enriquecido por uma criatividade sempre nova. Esta evolução não é outra coisa que a manifestação, o esclarecimento e o desenvolvimento da força do Espírito que o carisma carrega em si desde a origem, da qual nem o/a fundador/a e seus/suas companheiros/as de primeira hora estavam totalmente conscientes.

Segundo o parágrafo 11 do documento *Mutuae Relationes*, o carisma do/a fundador/a

⁶ Como João de Matha, que se sente chamado à vida pela libertação dos escravos, Paulo da Cruz, que é chamado a viver de uma forma intensa e particular o mistério da paixão de Cristo, Francisco Cabrini, que consagra sua vida e sua obra aos migrantes; etc.

não deve ser apenas *guardado* e *aprofundado*, mas também *desenvolvido* no curso da história. O carisma de um instituto é, de alguma forma, a expressão coletiva do carisma do/a fundador/a. Ele cria relação entre a vida e o carisma das pessoas destinadas pelo Espírito a perpetuar, no curso da história e de forma dinâmica, todo potencial de inspiração inicial e a mostrar suas expressões históricas possíveis.

É aqui que a expressão "patrimônio do instituto" proposta pelo Concílio Vaticano II, assumida pelo Código de Direito Canônico e preferida em detrimento da expressão carisma, tem sua relevância. Ela implica, de uma parte, a intenção e os projetos do/a fundador/a e, de outra parte, as santas tradições do instituto. Nas *tradições do instituto* nós podemos encontrar a contribuição dos capítulos gerais, das comunidades e dos membros particulares de um instituto que fazem fermentar o carisma do/a fundador/a com seus carismas pessoais, como nos lembra o parágrafo 12 de *Mutuae Relationes*: "Os próprios religiosos, em sua singularidade não carecem certamente de dons particulares provenientes do mesmo Espírito para enriquecer, desenvolver e rejuvenescer a vida do instituto na união da comunidade e a busca de renovação."

Mesmo que sujeito às mudanças históricas e culturais, a vida de um instituto exprime e atualiza a experiência vivida pelo/a fundador/a por vontade do Espírito. Existe, portanto, uma *continuidade substancial* entre o carisma do/a

fundador/a e o carisma do instituto. O Vaticano II afirma claramente que, na medida em que conceberam uma família religiosa, os/as fundadores/as agiram sob o impulso do Espírito Santo.⁷

Finalmente, se novas formas de vida consagrada continuam aparecendo, isso se deve à ação do Espírito sempre ativo na Igreja e cumprindo seu papel de ser a "alma" vivificadora, renovando o Corpo de Cristo a partir do seu interior. Os diferentes institutos aparecem como a expressão da criatividade e fecundidade do Espírito. Ele dirige a Igreja mediante os diversos dons carismáticos.

5. Releitura do carisma: a questão do método

5.1. Método histórico

Mesmo que sujeito às mudanças históricas e culturais, a vida de um instituto exprime e atualiza a experiência vivida pelo/a fundador/a por vontade do Espírito.

Nesta forma de aproximação do carisma, a hermenêutica se fundamenta sobre a *reconstrução fiel das origens da fundação*. Os resultados desta pesquisa são apresentados em sua dimensão pura e fiel. Com o desejo de conservar materialmente e literalmente a experiência do/a fundador/a, pode-se cair na tentação

de guardar também as formas acidentais e caducas, como se elas encarnassem o essencial.

O fato de copiar o/a fundador/a pode parecer um sinal de extrema fidelidade ao seu

⁷ *Perfectae Caritatis*, 1.

espírito. Na verdade, copiar significa não conhecer a mensagem profética e a missão que ele/a viveu e realizou numa situação histórica diferente da nossa.

A simples aproximação histórica, que parte da vida e das atividades do/a fundador/a, leva em consideração de forma quase exclusiva a experiência fundadora. Esta leitura comporta o *risco do fundamentalismo e da mumificação do carisma*, na medida em que se fixa em formas acidentais e caducas que não respondem mais às exigências dos tempos atuais e às necessidades da comunidade eclesial.

5.2. Método experimental

Este caminho tem como ponto de partida a *análise da situação atual*, a atenção aos apelos do mundo contemporâneo e o caminho que a Igreja trilha hoje. Sobre a base desta análise, o instituto adapta sua forma de vida e redefine seu quadro de valores, elabora as respostas e determina as escolhas prioritárias. Num segundo momento, faz um confronto com as origens da fundação, privilegiando os elementos que concordam com o projeto já elaborado. Procura-se a confirmação das decisões tomadas anteriormente. Busca-se esta confirmação nos escritos e palavras do/a fundador/a, às vezes num fato marginal da sua história e, com isso, acaba-se eventualmente desviando da necessidade de aprofundar a realidade ampla e complexa do carisma.

A aproximação experimental põe como base a vida atual do instituto, seus desafios e buscas, a consciência do dever de responder às

A aproximação experimental põe como base a vida atual do instituto, seus desafios e buscas, a consciência do dever de responder às necessidades sociais e culturais em mutação.

necessidades sociais e culturais em mutação. O risco dessa leitura é o *desvio da identidade original do instituto*, a ponto de tomar o lugar do/a fundador/a. Em relação à experiência fundadora, acaba-se por sublinhar apenas aqueles elementos que confirmam as escolhas feitas atualmente pelo instituto. O/a fundador/a pode acabar reduzido/a a um instrumento que se manipula para justificar uma opinião e uma atividade, mas que é colocado de lado noutros momentos.

5.3. Método hermenêutico

Para passar do carisma tal como foi redescoberto em seus valores fundamentais à sua realização na vida eclesial de hoje é necessário a mediação de uma reflexão de caráter hermenêutico. Diferentes autores elaboraram um método que respeita tanto a realidade histórica original e os apelos contemporâneos e permitem um diálogo construtivo entre o passado e o presente. O objetivo é *ajudar a emergir as intenções e os ideais do/a fundador/a*, ultrapassando seu contexto histórico, social e cultural para, em seguida, exprimi-los na linguagem cultural de hoje.

A aproximação hermenêutica utiliza os instrumentos e aquisições da hermenêutica contemporânea, mas valoriza também o contato com as fontes e experiências fundadoras, assim como os fundamentos teológicos e culturais atuais e aquilo que é vivido pelo instituto. Esta forma de leitura, apesar de não estar isenta de riscos, é considerada por muitos teólogos como a única que pode salvaguardar

de forma adequada a fidelidade às origens e a renovação.

No seu processo interpretativo, Antônio Romano escreve: "O carisma de um fundador é uma experiência do Espírito que não pode ser compreendida senão através de um ato experiencial, histórico e espiritual profundo, ou seja: por um método que leve em conta de forma adequada os fundamentos históricos, culturais e teológicos do passado, mas também um ato que é interpretado através da vida, da reflexão, da oração; um ato de conversão constante à própria vocação."⁸

6. Releitura do carisma: a questão das fontes

No *processo de releitura* do carisma a opção por um método adequado é apenas uma parte do caminho. A segunda parte é a que diz respeito às fontes do carisma. Elas são, em termos gerais: os escritos, a vida e a experiência espiritual do/a fundador/a; a vida dos/as primeiros/as discípulos/as; a história das origens e do desenvolvimento do carisma na história.

6.1. Os escritos do/a fundador/a

Para uma boa releitura do carisma, é importante a organização e o estudo crítico dos

escritos do/a fundador/a, especialmente aqueles que o/a próprio/a fundador/a apresentou como prioritários para explicitar sua inspiração ou o carisma do instituto.

Além destes escritos, são importantes para reinterpretar o carisma as Regras, as Constituições, os escritos espirituais ou sobre a vida consagrada deixados pelo/a fundador/a. As boas biografias, aquelas que põem em relevo, mesmo que de forma indireta, suas vivências e propensões pessoais, também jogam um papel relevante.

6.2. A vida e a experiência pessoal do/a fundador/a

Este é um segundo conjunto de elementos que fazem parte das fontes e ajudam na reinterpretação do carisma. A vida do/a fundador/a é uma das principais fontes para o estudo do carisma. Assim também o caminho de formação que ajudou a configurar seu universo cultural e de valores; a evolução dos seus processos cognitivos, afetivos e emocionais; o conhecimento da história pessoal e da obra do/a fundador/a.

Não pode ser esquecido o estudo sobre o meio cultural e espiritual das origens: as correntes de espiritualidade que influenciaram na sua caminhada formativa, seus/suas formadores/as e diretores/as espirituais, suas amizades, suas leituras, as características de sua linguagem, etc. E vale a pena também olhar

No processo de releitura do carisma a opção por um método adequado é apenas uma parte do caminho. A segunda parte é a que diz respeito às fontes do carisma.

⁸ Antonio Romano, *I fondatori, profezia della Storia*, Milano, Ancora, 1989, p. 111.

atentamente para seu ambiente familiar, suas experiências pessoais e espirituais.

6.3. Os/as primeiros/as discípulos/as

O primeiro grupo de discípulos/as contribui muito para o nascimento de uma família religiosa. Nele a inspiração do/a fundador/a se encarna, a experiência fundadora se concretiza. Assim, os/as primeiros/as companheiros/as ajudam a explicitar os conteúdos e as linhas fundamentais do carisma particular dado a/o fundador/a. Estes/as discípulos/as assimilam em sua própria vida e em suas iniciativas o carisma do/a fundador/a, de forma que a inspiração assume um rosto cada vez mais definido.

O testemunho do primeiro grupo de discípulos/as, aquele que se segue imediatamente a/o fundador/a, detém um papel fundamental no processo de atualização do carisma de fundação. O conhecimento sobre os/as primeiros/as mestres/as de noviciado e dos primeiros itinerários formativos que eles/as realizaram, dos primeiros diretores/as espirituais e também do/a primeiro/a sucessor/a também não deixa de ser importante, especialmente se o/a fundador o/a nomeou pessoalmente e o/a indicou como um/a intérprete autêntico de seu espírito.

6.4. A história das origens e da compreensão do carisma

Este é um quarto grupo de elementos importantes. A história das origens do instituto e de sua progressiva evolução é uma importante fonte para a hermenêutica do carisma. Assim, ajuda muito a aprofundar a compreensão dos Capítulos Gerais celebrados durante a vida do/a fundador/a, os anais ou crônicas e as cartas circulares que acompanham o crescimento da congregação. Uma atenção especial merece o período imediatamente após a morte do/a fundador/a.

O círculo hermenêutico leva a interpretar e acolher toda a tradição em torno da compreensão do carisma, estabelecendo uma relação circular entre as partes, entre as releituras específicas e a tradição histórica de interpretação. Aqui é preciso buscar a unidade dos diversos sentidos do carisma, reconhecendo as concordâncias entre as diferentes formas históricas de compreensão.

Nesta perspectiva, a hermenêutica moderna nos sugere que o/a intérprete jamais é uma pessoa isolada. Ao contrário, o/a intérprete está inserido/a em uma *tradição de interpretação* que considera que cada voz diferente deve ser avaliada de acordo com a autoridade que lhe confere o contexto dentro do qual se pronuncia.⁹

⁹ Cf. Giuseppe Buccelato, *Carisma e Rinnovamento*, Bologna, EDB, 2002, p. 53-55.

7. Parâmetros e atitudes para uma fidelidade criativa

7.1. Docilidade ao Espírito

O ponto de partida para uma fidelidade criativa está ligado à natureza pneumática de cada instituto. Como o Espírito atuou nos/as fundadores/as e seus/suas primeiros/as companheiros/as? Através deles/as, o Espírito quis enriquecer sua Igreja com novos elementos carismáticos que foram colocados a serviço da humanidade, contribuinte assim na construção do Reino de Deus e com realização da unidade humana em Jesus Cristo.

A criatividade que possibilita a vivência autêntica do carisma nos dias de hoje vem do Espírito, que é o Senhor que dá vida. Com efeito, *nós não podemos inventar por conta própria a vida consagrada*, nem nosso carisma específico. A vida religiosa com seus carismas é criação do Espírito. Se cada fundação particular é ação do Espírito, também a *refundação*, se quisermos empregar essa expressão, deverá ser uma graça que o Espírito concede a indivíduos e grupos.

Para prosseguir a criatividade do passado e responder aos verdadeiros desafios de hoje é necessário *traçar de novo o itinerário espiritual* que o/a fundador/a e sua comunidade seguiram. Mas o Espírito Santo, através de suas mediações eclesiais, determinará o eventual esgotamento de um carisma, o fim de uma

missão e, conseqüentemente, de um instituto. Mas também nesse caso, é preciso seguir o Espírito, e não pretender andar na sua frente.

7.2. Radicalidade evangélica renovada

No início do itinerário carismático de um instituto há sempre uma *motivação evangélica*. Os diversos institutos são frutos do Evangelho de Jesus Cristo e, portanto, não desabrocham senão na medida em que voltam à *fonte* da qual jorraram, à *raiz* da qual nasceram e se nutriram. Os/as fundadores/as são como que *palavras da única Pala-*

vra. Por isso, a tarefa é fazer emergir de novo a Palavra evangélica que deu à luz a família religiosa e que a alimentou no seio do Evangelho.

O primeiro critério de renovação indicado pelo Concílio Vaticano II, a “norma última da vida religiosa” é exatamente “seguir Jesus Cristo como o Evangelho propõe”.¹⁰ Portanto, o retorno a/o fundador/a implica num *retorno mais radical*: é necessário ir lá onde o/a fundador/a foi, ou seja, a Jesus Cristo e ao Evangelho.

7.3. Crescimento na comunhão

Por sua própria natureza, o carisma de um instituto possui uma dimensão comunitária intrínseca. Assim, voltar às raízes do próprio carisma não pode ser um ato individual. *O carisma só pode ser reconhecido e reconstruído em toda sua riqueza de conteúdos e valores no horizonte da unidade dos membros do instituto.*

A criatividade que possibilita a vivência autêntica do carisma nos dias de hoje vem do Espírito, que é o Senhor que dá vida.

¹⁰ Cf. *Perfectae Caritatis*, 2.

Juntos, os membros são os depositários e portadores do carisma. Esse caminho de comunhão precisa ser vivido também em relação à toda Igreja. Somente no interior dessa unidade é possível avaliar o valor de cada detalhe.

O carisma próprio de cada instituto é o sinal eloquente de participação nas múltiplas formas da riqueza de Cristo, cuja largura, comprimento, altura e profundidade (cf. Ef 3,18) ultrapassa de longe aquilo que podemos realizar. As ordens e institutos, com seus diferentes estilos, contribuem juntos para revelar a natureza variada e o dinamismo polivalente do Verbo de Deus encarnado e da comunidade daqueles que nele crêem.

7.4. Abertura ao mundo de hoje

Todo carisma é dado em vista da vida do mundo. Um carisma só é compreendido na medida em que é realizado. O exercício atento e generoso da dimensão intrínseca de serviço e missão é que permitirá descobrir um carisma sob todos os seus aspectos e com todas as suas potencialidades. *Identidade e missão são intimamente ligadas uma à outra*, mesmo na perspectiva hermenêutica.

Para reencontrar a si mesma, a vida consagrada deve *resgatar a generosidade da doação e do serviço*, que podem ser traduzidos pela opção preferencial pelos pobres. Mais que olhar para si mesma, a vida consagrada é chamada a olhar para o seu entorno, para uma situação de

exílio que lhe abre a porta da humanidade. O amor é o fundamento da renovação.

7.5. A interpretação nunca termina

À medida em que uma família religiosa cresce vivendo seu carisma e realizando sua missão, pouco a pouco ela compreenderá melhor o dinamismo espiritual que a anima e sustenta. *A compreensão do carisma é progressiva e proporcional à fidelidade com a qual o carisma é vivido.*

A interpretação do carisma não é uma tarefa que se realiza de uma vez por todas, definitivamente. *Cada geração é chamada a fazer progredir a interpretação a partir daquilo que foi vivido anteriormente*, de sua experiência de vida atual e das novas necessidades que possibilitam atualizar as potencialidades infinitas do carisma. O Corpo de Cristo está em contínuo crescimento e, com ele, também crescem e se renovam os carismas que lhe são concedidos para que possa efetivamente cumprir sua missão.

Tradução: Pe. Itacir Brassiani, MSF

Pe. Paulinus Yan Olla é indonesiano, doutor em espiritualidade pela Universidade Gregoriana, Conselheiro Geral dos Missionários da Sagrada Família.

Endereço do autor:

Via Odoardo Beccari 41
I - 00154 - Roma - Itália
E-mail: pyanolla@yahoo.com

**QUESTÕES PARA
AJUDAR A LEITURA
INDIVIDUAL OU
O DEBATE EM
COMUNIDADE**

- 1 - É o Espírito que impulsiona os/as fundadores/as. Os diferentes institutos aparecem como a expressão da criatividade e fecundidade do Espírito. É assim que vemos o surgimento das novas formas de vida consagrada?
- 2 - Que releitura fazemos, hoje, do carisma de nosso/a fundador/a? Ao atualizarmos o carisma temos sido fiéis ao carisma original?

Criação e Ecologia na Bíblia

LUIS I.J. STADELMANN, SJ

Introdução

O tema da “criação” é estudado na teologia, ao passo que o tema da “ecologia” se aborda nas ciências naturais. São duas temáticas de vital importância à sobrevivência da vida humana na terra, que aplicam a metodologia científica ao estudo do âmbito natural e sobrenatural do homem e ao mesmo tempo oferecem-nos a hermenêutica das relações homem-natureza. Sua importância está no fato de que questões teológicas e problemas ecológicos não são da competência de fanáticos que hasteiam a bandeira da subversão em vez da preservação, opondo-se às iniciativas das instituições que estão engajadas na promoção do bem de toda a humanidade e da dignidade da pessoa. Além disso, não é da competência dos mitos ou das credências ensinar idéias fatalistas ou utópicas sobre o destino da humanidade, pois o respeito pela natureza e pela vocação sobrenatural do homem, quando pensado em profundidade, impõe ao homem o reconhecimento dos limites não simplesmente empíricos, mas estruturais, que o condicionam.

Para a compreensão das questões ecológicas situadas nos limites entre a teologia e as ciências naturais, investigamos a mensagem codificada nas leis da criação e a sabedoria dos antigos que procurou desvendar maneiras de interação entre o homem e as forças cósmicas e telúricas. Uns se inspiraram na revelação divina a respeito da pessoa humana e de sua missão na vida, outros procuravam nas especulações cosmológicas uma saída dos determinismos da natureza. A mentalidade

mítica dos povos antigos ensinou-lhes a pensar que o mundo é uma totalidade viva, eivada de forças antagônicas, ao passo que a religião bíblica trata da mensagem do Deus transcendente atuando no mundo como Criador e Benfeitor. Por outro lado, as religiões não-bíblicas procuravam nos mitos cosmológicos a solução de seus problemas existenciais, mitologizando as forças da natureza em divindades. Na verdade, não estavam fugindo da responsabilidade dos homens em cumprir seu papel na história, mas estavam buscando uma saída de toda a sorte de determinismos: o fado, os astros, os demônios, etc. Lembremos as palavras de Epicuro, filósofo grego da Antiguidade: “É melhor aceitar as fábulas sobre os deuses, do que a doutrina sobre o destino cego dos físicos”.

1. Antes da criação

O cenário do mundo, antes de sua criação, é apresentado na Bíblia como um caos: “a terra estava deserta e vazia, as trevas cobriam o abismo e o Espírito de Deus pairava sobre as águas” (Gn 1,2). Com a criação começa a preencher-se o espaço do universo, tornando-se um cosmo.

A descrição da origem do mundo faz surgir a pergunta sobre a função do Espírito de Deus na obra da criação.

Espírito de Deus

O “espírito de Deus” manifesta a presença e ação de Deus em todo o tempo e lugar,

abrangendo o cosmo como também a vida de cada pessoa. O sujeito ativo na criação do mundo é Deus, é o que se afirma na Bíblia, e não um demiurgo soprando sobre as águas ou uma força cósmica imanente ao universo. Em outros textos bíblicos se compara a força do Espírito de Deus a um vento impetuoso, para ilustrar o efeito causado na superfície da terra. Entretanto, no relato da origem do mundo, trata-se de uma imagem do Criador como sujeito ativo da criação.

A ação do Espírito de Deus

Às “vésperas” da criação do mundo, na solidão profunda da noite só havia um único sinal de vida: uma ave solitária voando nas nuvens até esvoaçar sobre a superfície das águas. Esta cena ilustrativa da origem do mundo encerra a revelação sobre a ação do Espírito de Deus na criação: “o Espírito de Deus pairava sobre as águas”. Esta frase expressa a ação específica do Espírito, comparada à ave que paira sobre o ninho. Eis a implicação do predicado na frase: trata-se da *paz de Deus* que precede à origem do mundo. E já que o Espírito de Deus estendia sua tutela sobre os abismos profundos, antes de sua separação entre terra firme e mar, da mesma forma continuará estendendo sua solicitude pelo mundo após a criação.

Desmitologização na Bíblia

Ao compararmos o relato bíblico da criação com os mitos antigos sobre a cosmogonia

ressalta que, na origem do mundo, a Bíblia encontra a *paz de Deus*, enquanto a mitologia estabelecia a *luta dos deuses* contra as forças cósmicas como explicação. A essas cosmogonias corresponde sempre uma teogonia, isto é, os deuses se originam de um conflito com o deus supremo, e desse conflito surge o mundo. Enquanto a Bíblia relata a origem do mundo pela intervenção do Criador que cria o universo a partir do nada, os deuses da mitologia são apresentados em luta encarnçada contra forças naturais antagonicas, personificadas como deuses, de cujos destroços se originam a terra, o mar e todos os seres vivos.

Para entendermos a origem dessas concepções cosmogônicas, procuramos situá-las na situação sócio-histórica dos respectivos povos em

O sujeito ativo na criação do mundo é Deus, é o que se afirma na Bíblia, e não um demiurgo soprando sobre as águas ou uma força cósmica imanente ao universo.

que foram compostas. O denominador comum de todas elas é uma época de ausência de governo central e a desestabilização da ordem sócio-política no respectivo país. Embora os grupos sociais se apegassem às crenças nos deuses locais, contudo se dava prioridade à organização do bem comum e só depois se invocava a proteção dos deuses — atribuindo-se ao deus soberano

do céu a autoridade suprema sobre os deuses tutelares de cada país. Se havia conflito no âmbito da terra, julgava-se esse o reflexo de um conflito no céu. Por isso, as concepções cosmogônicas espelham os conflitos na vida da sociedade, projetados para o panteão dos deuses.

Na Bíblia ocorre o inverso, pois não só se desmitologizam as crenças de outros povos, eivadas de conflitos de toda espécie, mas sobretudo se manifesta a revelação divina a respeito

da configuração da vida humana segundo os desígnios traçados por Deus. Por isso, a mensagem da paz de Deus confirma a fé na ação eficaz do Espírito divino que continua a proteger o mundo.

2. Criação em sete dias

O relato da criação do mundo condensa em sete dias a atividade criadora de Deus, como consta na Bíblia: “Deus concluiu no sétimo dia a obra que havia feito; e no sétimo dia cessou toda a obra que tinha feito” (Gn 2,2). O remate da criação é o sétimo dia, pois Ele o “abençoou e santificou” (Gn 2,3). O motivo de se enquadrar a origem do mundo no período de uma *semana*, é devido às fases da lua, como coordenadas de tempo sobrepostas a todas as criaturas, cuja existência sobre a terra está relacionada com a vida, sujeita à efemeridade, condicionada pelas contingências do meio-ambiente e com uma finalidade última que se descobre na seqüência dos *dias* e na celebração do sétimo dia como remate de toda a semana.

Nos comentários bíblicos se costuma reduzir a obra da criação a seis dias (*hexaëmeron*), porque no sétimo não se teria acrescentado mais nada. É que o verbo “cessar” indica o término de toda a atividade da parte do Criador. Mas não se leva em consideração a ação realizada como remate aplicado à criação, como se “abençoar” e “santificar” não fizessem parte da obra criadora. Acontece, porém, que durante os seis dias foram criados os elementos do *mundo material*, no qual o homem se vê absorvido no

contexto de relações com a natureza, no seu ecossistema, ao passo que no sétimo dia foram criados os elementos do *mundo religioso*, relacionado ao culto litúrgico.

O mundo material

A origem do mundo teve início por iniciativa de Deus quando mudou o caos em terra e o abismo em água. À criação do cosmo precedeu a *paz de Deus*, visualizada pelo Espírito de Deus pairando no espaço. Com isso se desmitologizam as crenças supersticiosas provenientes das religiões cosmogônicas, que atribuem a origem do mundo à *luta dos deuses* contra as forças cósmicas (v. 1-2).

A criação do mundo material é estruturada em seis etapas (Gn 1,1-31), dentro do período de uma semana e por mediação da Palavra de Deus. No *primeiro dia* foi criado o tempo (v. 3-5) com a origem da luz. No AT ainda não se sabia que a luz do dia provinha do sol. Essa luz estava relacionada com a manhã, com a alvorada e com o dia, sem mencionar-se o sol. Daí, a alvorada era

**A origem do mundo
teve início por iniciativa
de Deus quando mudou
o caos em terra e o
abismo em água. À
criação do cosmo
precedeu a paz de Deus,
visualizada pelo Espírito
de Deus pairando no
espaço.**

o que separava a noite do dia, e não o nascer do sol; o crepúsculo introduzia a noite/as trevas, e não o pôr do sol. Pois a luz do dia era independente do sol, e era superior às trevas; luz e trevas foram criadas e estavam integradas na alternância do dia e da noite. Os astros (sol, lua e estrelas) não eram considerados como corpos autônomos, mas eram subordinados à alternância do dia e da noite; eram atributos e sinais respectivamente do dia e da noite. O percurso e o movimento dos astros eram mais importantes do que sua função coadjuvante de

fornecer luz. O sol funcionava como fonte de calor e energia vital, ao passo que as fases da lua e a posição das estrelas serviam para fixar o calendário. No *segundo dia* foi criado o espaço (v. 6-10), onde o firmamento constitui a superfície divisória entre as nuvens carregadas de água e a terra firme circundada pelo mar. No *terceiro dia* brotou a vegetação (v. 11-13). No *quarto dia* apareceram os astros (v. 14-19). No *quinto dia* vieram os peixes e os pássaros (v. 20-23). No *sexto dia* surgiram os animais terrestres e, enfim, o homem, que é o ápice da criação (v. 24-31). Na sua dimensão sobrenatural

baseiam-se duas atribuições do ser humano: a dignidade da pessoa, como ser criado à imagem de Deus, e a função de domínio sobre todos os animais. Nesse ensinamento está implícita a condenação da zoolatria, que leva à violação do que há de mais sagrado na pessoa humana: sua relação com Deus e sua realização pessoal.

O mundo religioso

No *sétimo dia* Deus encerrou a obra da criação, aplicando-lhe o remate final ao *abençoar* e *santificar* esse dia (Gn 2,1-3). Pelo fato de o próprio Criador abençoar o sétimo dia, Ele o tornou *benéfico* para a humanidade. Com esta afirmação o autor bíblico refuta a crença supersticiosa dos assírio-babilônios segundo a qual os dias 7, 14, 21, e 28 de cada mês seriam *nefastos*, porque no dia 28 terminava o mês lunar de vinte e oito dias, sendo o dia da "morte" da lua, e porque nos dias 7, 14 e 21 terminavam, ou seja, "morriam", de alguma maneira, as outras três semanas que compunham o

mês. Esta superstição foi erradicada pela fé na eficácia da bênção divina que se recebe no culto religioso, onde o oficiante da liturgia é o intermediário da bênção que ele invoca de Deus sobre os fiéis.

O sétimo dia é santificado porque é dedicado a Deus. Este dia representa ocasião própria para o encontro com Deus, em intervalos regulares.

O sétimo dia é *santificado* porque é dedicado a Deus. Este dia representa ocasião própria para o encontro com Deus, em intervalos regulares. Isso implica a refutação da antiga crença egípcia, segundo a qual a grande festa da deusa Isis santificaria sucessivamente cada estação anual, cada mês e cada dia.

Daí a significação especial atribuída ao sétimo dia, por ser o "memorial" da bênção e santificação que se celebra no culto prestado a Deus. O caráter sagrado desse dia deriva da liturgia celebrada pelos fiéis, que rendem ao Criador o louvor explícito ao qual se associa o louvor implícito das demais criaturas. Em Gn 2,1-3 não ocorre o termo hebraico *shabbat* e por isso não se trata explicitamente da instituição do sábado. Segundo a Tradição Sacerdotal, o sétimo dia baseia-se na criação do mundo, ao passo que a instituição do sábado, como dia dedicado a Deus, fundamenta-se em Ex 20,8-11; 31,13-17.

3. Criação do homem

Na atualidade existe grande interesse nas discussões científicas e religiosas da origem do ser humano. Basta citar as novas descobertas de fósseis humanos, a pesquisa para desvendar o genoma de organismos, e a reprodução de embriões em laboratório que tende a se aprimorar até chegar à clonagem. Entre os

geneticistas já não se procura explicar todas as características de indivíduos e seus comportamentos à luz da biologia, mas se admite a interação de múltiplos fatores. Nesse ponto é bom lembrar que o homem inteiro está em discussão e não apenas sua corporeidade. Daí, a investigação da origem da espécie humana não é, pois, operação redutiva, mas integrativa. Não se trata de dar prioridade à estrutura dos genes no organismo, excluindo-se o contexto social da vida humana, ou de falar da estruturação do cérebro prescindindo do espírito.

A reflexão religiosa sobre a origem do ser humano abarca a vida corporal e a vida espiritual à luz da revelação divina. A Bíblia ensina: "Deus o SENHOR formou o homem do pó da terra e soprou-lhe nas narinas o sopro da vida e o homem se tornou ser vivo" (Gn 2,7).

Criação do homem do pó da terra

A biologia molecular fala do DNA para identificar o material genético do corpo humano. O conjunto de células que compõem o nosso corpo é matéria orgânica. Entretanto, a Bíblia diz que o corpo humano foi feito do "pó da terra". Ora, o termo hebraico *'afar* (pó) significa a matéria bruta e inorgânica, nunca por si só algo orgânico. Os comentaristas procuram explicar esse texto partindo da experiência universal de que o corpo humano, depois de morto, se converte em "pó"; por isso, segundo o modo primitivo de tirar a conclusão disso, é que fundamentalmente está feito de "pó". Esta origem do corpo humano a partir do pó aparece na literatura clássica greco-latina como também no folclore oriental. Outra hipótese, proposta por

A reflexão religiosa sobre a origem do ser humano abarca a vida corporal e a vida espiritual à luz da revelação divina.

alguns intérpretes, admite a possibilidade de tratar-se de uma etimologia popular do nome "Adão", significando, em hebraico, "aquele que é feito de barro vermelho" (*'adamah*), o que permite estabelecer uma analogia entre as partículas do corpo físico e o "pó da terra".

A concepção antropológica da Bíblia não é apresentada de maneira sistemática. Por isso os comentaristas recorrem a outros sistemas filosóficos para analisar e interpretar as passagens bíblicas referentes à situação existencial do homem. Segundo a antropologia hebraica, o homem, em todo o seu ser, é ao mesmo tempo "carne" (ser mortal), "alma" (dinamismo vital difundido em toda a pessoa) e "espírito" (vida unida à sua fonte divina). Ora, na filosofia de Platão, o homem é estudado a partir da dicotomia entre alma e corpo; o problema para ele é libertar a alma da prisão do corpo. Na concepção bíblica, porém, o corpo é o meio de manifestação do espírito e o espírito está vinculado à própria realidade do corpo.

Criação do homem na terra

A interpretação de um texto bíblico tem de levar em conta sua característica como meio de comunicação da revelação divina, com duplo objetivo: primeiro, o *ensino* de uma verdade e, segundo, a *refutação* de um mito pagão. Esse texto visa ensinar-nos que o homem é criado na terra e, ao mesmo tempo, quer refutar o mito egípcio sobre a matéria cósmica que se teria usado na criação do corpo humano. Implica também a rejeição do mito da preexistência de membros humanos em forma separada que, antes da criação, se encontrariam no

firmamento e posteriormente teriam sido ajuntados num corpo terrestre, segundo a mitologia egípcia.

Na concepção mítica dos antigos egípcios, o homem é apresentado como um microcosmo, isto é, um determinado organismo vivo, cuja imagem estaria localizada no firmamento, o espaço ocupado por uma divindade que representa o macrocosmo, isto é, o universo concebido como um organismo vivo. Cada um dos membros humanos se encontraria no céu empíreo acima do Zodíaco, em áreas alocadas a outros 36, ou 12 deuses. Isto se interpreta literalmente no sentido de cada membro do corpo humano possuir uma peça sobressalente no macrocosmo, situado no firmamento. Assim cada membro do corpo existiria separadamente no firmamento antes de ser constituído como parte integrante do corpo terrestre de um indivíduo, isto é, a *preexistência do corpo*. Após a morte, cada uma das partes do corpo juntamente com a alma retornaria para o firmamento. Por outro lado, no orfismo e na filosofia platônica se ensinava a *preexistência da alma* independente do corpo terrestre.

Na antropologia bíblica, a origem do homem se situa na terra e não no firmamento. Seus elementos corpóreos têm muita coisa em comum com as outras criaturas sobre a terra: esses elementos têm analogia com as partículas do "pó da terra" e não têm nada a ver com matéria sublimada, que se encontraria no firmamento. Além disso, a analogia entre o "pó da terra" e a matéria corpórea ilustra o fato de que o corpo humano não é substância completa, pois precisa da alma para lhe dar forma e para começar a existir, no momento da união de ambos; é que a alma se

une ao corpo organizado e não aos elementos em vias de nele se integrar. Por conseguinte, não se aceita a crença na preexistência do corpo nem na origem do corpo antes da alma. Tampouco se pode admitir a concepção platônica da preexistência atual de infinitas almas que se uniriam a diversos corpos. Finalmente não é possível que uma alma penetre em qualquer corpo humano, devido ao princípio de proporcionalidade entre a alma deste homem e o corpo do mesmo homem.

O ser humano, obra-prima do Criador

O que nos desperta o interesse no texto bíblico da criação do homem não é o "ser" do homem, mas sim o seu "devir". Para expressar isso, o autor emprega uma metáfora como meio de transmitir a mensagem divina. Trata-se do processo de hominização, que não está sujeito

à necessidade absoluta de um determinismo biológico, mas depende do conjunto de condições e causas da evolução e da causalidade criadora de Deus. A maneira sugestiva de mostrar o ser humano como obra-prima da criação é com a metáfora do Criador personificado pela figura de um artista plástico.

O remate final da atividade criadora é o tratamento todo especial dispensado à figura humana que recebe da boca do Criador o hálito de vida, visualizando-se nesse gesto duas coisas: primeiro, o dom da vida é um dom gratuito de Deus; segundo, a incomparável *dignidade da pessoa* e a função de *interlocutor com Deus*.

O autor bíblico delinea também outra imagem do homem. Acentua a sua fraqueza e caducidade, já que o homem é formado do pó

O que nos desperta o interesse no texto bíblico da criação do homem não é o "ser" do homem, mas sim o seu "devir".

da terra e pelo sopro da vida que Deus lhe inspirou, o que faz dele um ser vivente. Deus pode retirar esse sopro vivificador do homem, como diz Eclesiastes 12,7: "O pó voltará à terra, como era, e o sopro voltará a Deus que o concedeu".

Concluindo, a questão da *origem do homem* é confiada principalmente às ciências naturais; à religião compete desvendar o *sentido do homem*, que deve a sua existência e conservação da vida a um ato de amor da parte de Deus. O motivo pelo qual o homem está posto no mundo é ser ele um misterioso compêndio do mundo, a fim de, contemplando o universo inteiro e recopilando-o em si mesmo, referir unicamente a Deus tanto a sua pessoa como as demais criaturas.

4. Costela de Adão

Na Bíblia ocorre a expressão "costela de Adão" no contexto da criação da mulher. Costuma-se interpretar o texto em sentido metafórico, como ilustração das frases da saudação que Adão dirige a Eva: "Esta finalmente é osso dos meus ossos e carne da minha carne! Esta chamar-se-á mulher porque esta foi tomada do homem" (Gn 2,23). Com esta frase se indica que as relações humanas estão baseadas na solidariedade, da qual resulta a experiência igualitária entre homem e mulher.

"Figurino" em vez de costela

Há poucos termos hebraicos referentes à anatomia humana, entre os quais não consta

"costela". A palavra hebraica *sela*? ocorre 14 vezes no livro do Êxodo, com sentido da locução prepositiva "ao lado de". Em outros textos tem o sentido de um substantivo: a) "ala lateral"; b) "construção anexa"; c) "tábua, soalho de tábua"; d) "viga (sobre colunas)". Somente em Gn 2,21-22 ocorre essa palavra, erroneamente traduzida por "costela", devendo-se restituir-lhe o sentido original "figurino".

A mulher tem a mesma dignidade de pessoa que o homem por causa de sua elevação ao status de nobreza: ambos encontram-se no jardim do Éden que lhes permite fruir a proximidade de Deus.

A dignidade da mulher

A mulher tem a mesma dignidade de pessoa que o homem por causa de sua elevação ao status de no-

breza: ambos encontram-se no jardim do Éden que lhes permite fruir a proximidade de Deus. Pois, segundo a tradição religiosa da Mesopotâmia, o jardim anexo ao templo era destinado ao lazer da divindade tutelar do país e seu acesso franqueado unicamente ao rei e à sua consorte. Assim, a presença de Adão e Eva no jardim é comparável à da família real. À luz da elevação da natureza humana por Deus ao status de nobreza se entende a dignidade da criatura humana elevada ao status de filho de Deus pela graça santificante.

Para que precisa Adão de uma parceira? A resposta da Bíblia concerne à mútua assistência de que os seres humanos necessitam para o desempenho de sua missão de "cultivar e guardar o jardim do Éden" (Gn 2,15). O tema em discussão é o sentido do jardim, onde exercem a atividade que lhes foi imposta. Se o jardim fosse tomado em sentido literal, Adão e Eva estariam engajados no cultivo da terra. Nesse caso, Adão faria melhor se empregasse um boi,

que lhe puxasse o arado. Ora, não é da intenção de Deus introduzir Adão no uso de animal doméstico no trabalho da lavoura. Para guardar o jardim contra invasores clandestinos seria melhor um cão de guarda. Entretanto, o sentido de parceira é bem diferente, se o jardim do Éden for tomado em sentido figurado: o jardim, descrito como um lote da família real, no qual Adão e Eva estão estabelecidos, trabalhando como gente da corte, simboliza a dignidade da pessoa humana.

O jardim do Éden

O autor bíblico descreve o jardim do Éden como o habitat do primeiro casal criado na terra. Ao oferecer detalhes descritivos, utiliza a representação pictográfica do jardim mesopotâmico e um dado da tradição religiosa. O cenário, bem sugestivo, indica que Adão e Eva foram elevados ao status de nobreza, ao serem admitidos a morar no jardim. À luz da elevação ao status de nobreza se entende a menção de ouro, pedras preciosas e incenso, na área do jardim, pois são materiais preciosos, dignos de um rei (Gn 2,11-12).

O sentido da presença de Adão e Eva no jardim do Éden não deve, pois, ser buscado a partir de considerações ecológicas ou dos anseios humanos por um Shangri-la, mas fundamenta-se na elevação da natureza humana ao status de nobreza. É uma exímia dignidade, que não se adquire por nascimento, mas recebe-se como dom de Deus à criatura humana, elevada, pela graça santificante, ao status de filho de Deus. A presença de Adão e Eva no jardim permitelhes fruir a proximidade de Deus. Mas essa

proximidade não é extrínseca, pelo fato de perambularem pelos caminhos do jardim e terem ocasião de encontrar a Deus durante o passeio vespertino (Gn 3,8). É intrínseca, por causa do status de nobreza a eles inerente: a graça santificante.

Além disso, é significativo para nós o fato de os moradores do jardim serem designados como Adão e Eva, nomes que os identificam como representantes da humanidade. Numerosa como ela é, precisa dum espaço vital suficientemente amplo para viver. E onde quer que viva, há as mesmas condições para fruir a proximidade de Deus. Por isso, o mundo inteiro é visualizado como um imenso parque real, onde Deus está rodeado de seus hóspedes de honra.

Homem e mulher no jardim

Para o autor bíblico, a mulher, sendo auxiliar e parceira do homem, não pode reduzir-se

à condição de criada, com função de utilidade prática. A tentativa de tratar a mulher como um *meio* ou como uma *função* a serviço do homem é inverter a ordem de *dignidade da pessoa* pela ordem da utilidade. Importa afirmar a dignidade do ser humano por ele mesmo, sem nenhum outro motivo ou razão. Cada pessoa é absoluta-

mente insubstituível e única. A criação de uma pessoa mostra que o amor do Criador por sua criatura é o amor de um Pai por seu filho. A relação dos pais com cada um de seus filhos é única e pessoal, pois não privam de nada a nenhum de seus filhos, amando a cada um como se fosse filho único.

A tarefa imposta por Deus a Adão e Eva é cultivar e guardar o jardim, que simboliza o

Para o autor bíblico, a mulher, sendo auxiliar e parceira do homem, não pode reduzir-se à condição de criada, com função de utilidade prática.

estado de graça. Adão precisa de uma auxiliar, no exercício dessa tarefa, para que sua dignidade de filhos de Deus seja mutuamente reconhecida em vida e o *status* sobrenatural seja mantido e desenvolvido no dia-a-dia. Mas o fator determinante é o amor a Deus e ao próximo, que fundamenta o estado de graça, porque a pessoa só se transcende a si mesma, quando sua existência, imbuída de amor, é partilhada com os de sua família e se estende para Deus, através de sua ação participativa na missão da comunidade de fé.

Já que a discriminação contra a mulher era uma constante na sociedade do mundo antigo, o autor bíblico retrojetou para o início da história humana uma reflexão teológica, baseada na revelação divina, sobre a dignidade da mulher. Era preciso mostrar que a tentativa de tratar a mulher como uma função a serviço do homem é inverter a ordem da dignidade da pessoa pela ordem da utilidade.

As árvores do jardim

A flora do jardim é constituída de árvores frutíferas. Dessas, apenas duas são especificadas: "árvore da vida" e "árvore da ciência do bem e do mal". Quanto à primeira, é de notar que em todas as literaturas antigas ocorre a crença na imortalidade relacionada com a "árvore da vida". O autor valoriza essa crença, modificando porém seu teor de maneira a ressaltar que a imortalidade não é "fruto" de uma árvore mágica, que alguns privilegiados podem adquirir por si mesmos, mas é dom de Deus.

A "árvore da ciência do bem e do mal" corresponde às árvores sagradas do culto idolátrico nas religiões pagãs, tais como o coqueiro na Babilônia, o marmeleiro na Índia, o carvalho na Grécia e nos países nórdicos. À sua sombra se estabeleciam os princípios de ordem moral sancionada pela divindade quer

através de cultos sagrados (p.ex. sacrifícios humanos no culto idolátrico), tradições religiosas (p.ex. licenciosidades em honra de Vênus), heranças culturais (p.ex. ritos de fertilidade) ou costumes sociais (p.ex. a matança de prisioneiros inimigos). A intenção do autor javista, ao colocar essa árvore no jardim, é indicar que a ciência do bem e do mal só se obtém por revelação de Deus e que a opção pelo bem ou pelo mal é um ato essencialmente moral, que acarreta sanção divina. Convém distinguir, porém, entre o conhecimento do bem e do mal, como expressão de conhecimento universal absoluto (segundo a noção semítica de totalidade), e o conhecimento do bem e do mal como privilégio de Deus de que o homem quer apoderar-se através do pecado. Por conseguinte, não significa "onisciência", que o ser humano não possui, nem é discernimento moral que ele já possuía. Trata-se do poder de decidir por si mesmo o que seja bom ou mal e agir à luz desse conhecimento. É a pretensão à autonomia moral da criatura que recusa admitir seu status de ser criado.

5. A serpente do paraíso

No relato bíblico da origem da humanidade consta a narrativa sobre a serpente no paraíso (Gn 3). Sua linguagem popular e figurada levou muitos intérpretes a procurar paralelos na literatura extra-bíblica e os fez pensar que seu significado se deduz da forma literária. Ora, uma narrativa sobre animais que falam define-se como apólogo. Da forma literária concluiu-se que o conteúdo fosse pura ficção, no âmbito do inverossímil, cabendo ao leitor a tarefa de tirar uma lição de moral. Mas há uma enorme diferença entre mitos e histórias bíblicas. Pois todos os mitos e lendas originam-se da cultura e religião politeísta. Ora, a Bíblia originou-se da

cultura e religião monoteísta e por isso não pode estritamente falando conter mitos nem fábulas. Isto se explica pelo fato de que Deus se sobrepõe ao espaço e também ao tempo, enquanto que nos mitos a própria divindade se confunde com os fenômenos naturais.

A análise de todas as narrativas bíblicas da história dos primórdios (Gn 1-11) permite assinalar a presença de certos elementos relacionados à forma literária, ao tipo de composição e ao conteúdo. A esses elementos denominamos de gênero da *retrojeção*, cuja expressão literária é a forma da *retrodição*. Para compreender o sentido dessas narrativas é necessário, portanto, levar em conta a época de sua composição final (séc. VI a.C.) quando o autor bíblico retrojetou o conteúdo em sua forma literária para os primórdios da história.

Tentação ao pecado

A narrativa sobre a serpente no paraíso situa-se no contexto da tentação concebida como incitação ao pecado a que Eva e Adão cederam. O pecado implica aversão a Deus (*aversio a Deo*) e adesão à criatura (*conversio ad creaturam*).

Todo pecado traz implícito em si mesmo o pecado fundamental da idolatria. Por ele, a criatura se nega a retribuir o amor do Criador.

É incrível que Israel tenha podido preservar-se da contaminação idolátrica do ambiente cananeu, no qual se inseria a vida do povo de

Deus. Mas graças ao esforço dos autores sacros, em luta implacável contra as divindades telúricas e cósmicas, o espaço das relações humanas foi desmitologizado do caráter sagrado, atribuído às forças da natureza. Foi banido o

**Todo pecado traz
implícito em si mesmo o
pecado fundamental da
idolatria. Por ele, a
criatura se nega a
retribuir o amor do
Criador.**

culto à deusa Astarte, cuja imagem astral era a serpente.

Desmitologização

Para compreender o simbolismo da serpente que fala, é preciso identificar o tipo de animal e sua função. Classifica-se a serpente entre os animais nocivos (p.ex. cobra), segundo a taxonomia zoológica, e entre os animais simbólicos (p.ex. Dragão, Hidra, Serpente, Via Láctea), segundo a taxonomia astronômica. Na narração bíblica (Gn 3) ocorrem as duas taxonomias: a serpente astuta que fala é figura astronômica, ao passo que a serpente que rasteja sobre o ventre, come pó e pica (v. 14-15), é animal nocivo, segundo a classificação zoológica. Trata-se aqui do mesmo animal em dois estágios sucessivos de existência: celeste e terrestre. Mediante o processo de desmitologização, o animal astronômico é removido do firmamento e rebaixado à terra, condenado a rastejar como cobra sobre o pó.

A serpente do paraíso

Para identificar a divindade, a que se alude aqui, temos de analisar a imagem da serpente astuta que fala. A chave *hermenêutica* é o atributo qualificativo da serpente como "astuta". Ora, só existe uma serpente, cujo nome é derivado do verbo egípcio *spđ* "ser astuto" = *Spdt* "Sothis", a divindade

que se manifesta no Sírius, a grande estrela da constelação do Cão Maior. Dessa temos uma reprodução pictográfica no antigo Egito. A serpente que fala é a manifestação da divindade astral por meio do oráculo. Qual a razão de

apresentar a deusa por meio de uma serpente? A resposta é dada pelo costume egípcio de se usar a figura da serpente, desde os tempos mais remotos de sua história, para representar um atributo das deusas sem significado específico; a serpente é um símbolo hieroglífico usado em época tardia para designar a palavra "deusa".

Pecado de origem

A narrativa de Gn 3 tem finalidade catequética para toda a humanidade e faz também séria advertência aos contemporâneos do autor bíblico, a julgar pela polêmica anti-idolátrica contra o culto da "Rainha do Céu". Para os israelitas, a desobediência à Lei de Deus implica a ruptura da Aliança sagrada; é o pecado de origem: 1ª porque é cometido no início de cada geração e se repete ininterruptamente, pois os filhos aprendem dos pais a prática do culto idolátrico (Jr 44,17), e 2ª porque dá origem a outros pecados pois a idolatria destrói a liberdade, submetendo o indivíduo à escravidão das forças cegas. Por outro lado, a origem do pecado é atribuída à iniciativa humana, por instigação da "potestade das trevas" (Cl 1,13)..

6. Domine sobre os animais!

A Bíblia começa com o relato da criação do mundo e mostra como, desde o próprio início dos tempos, Deus escolheu o homem para ser o rei dos seres criados. Isso está expresso nesta passagem: "Deus disse: «Façamos o homem à nossa imagem e segundo nossa semelhança,

para que domine sobre os peixes do mar, as aves do céu, os animais domésticos e todos os animais selvagens e todos os répteis que se arrastam sobre a terra»" (Gn 1,26).

A filiação divina

Para explicar o sentido do texto, consideramos primeiro o teor da frase principal, que tra-

ta do ser do homem, e depois o da frase secundária, que explicita sua função. Chama a atenção o plural do verbo "façamos" que tem o sentido do singular. É uma peculiaridade literária, usada no hebraico, para expressar a deliberação que precede à ação. O ser humano foi criado por Deus "à sua imagem e semelhança", indicando-se que sua relação com Deus não era ape-

nas de dependência, mas também de amizade. Essa amizade é um dom de ordem sobrenatural, que eleva o ser humano ao estado de filho de Deus: eis o que significa ser ele criado "à imagem e semelhança de Deus": *selem* (imagem) de ordem natural, *demut* (semelhança) de ordem sobrenatural. O homem é, pois, a única criatura dotada de graça santificante.

Entre o Criador e as criaturas existe uma relação assimétrica: assim as criaturas estão em "relação real" (*relatio realis*), ao passo que o Criador tem com elas uma "relação de razão" (*relatio rationalis*). Deus como Ser Absoluto pessoal está em relação com entes contingentes que têm abertura ao absoluto em virtude da autoconsciência pessoal. Segundo a explicação bíblica, "o homem é imagem e semelhança de Deus" (Gn 1,26) e é o interlocutor qualificado para entrar em diálogo com Deus na liturgia e

A Bíblia começa com o relato da criação do mundo e mostra como, desde o próprio início dos tempos, Deus escolheu o homem para ser o rei dos seres criados.

na vida. E nisto é completamente diferente dos animais.

A função do homem

Impõe-se ao homem por causa de sua criação à imagem de Deus a tarefa de “dominar sobre os peixes do mar, as aves do céu, os animais domésticos e todos os animais selvagens e todos os répteis que se arrastam sobre a terra”. Alguns comentaristas entendem tal frase como afirmação contrária ao movimento da defesa dos animais, e recentemente como promoção da *ecologia animal*.

Adorar, ou domesticar os animais

Se se tratasse de animais da zoologia não haveria outra saída a não ser explicar o sentido do texto como se costumava interpretar até agora. Mas a coisa muda de figura, se o autor bíblico tinha em vista algo bem diferente do que comumente se imagina. A chave hermenêutica é a dupla referência ao domínio do homem sobre os animais (Gn 1,26.28). É uma das formas literárias usadas na Bíblia para enfatizar um enunciado. Nesse caso, se quer chamar a atenção do leitor para o conceito “domínio”, cujo antônimo é “submissão”. Com efeito, há uma submissão do homem aos animais no culto idolátrico prestado às divindades do panteão egípcio. Trata-se da zoolatria, que consiste na adoração de “animais sagrados”. À luz dessa explicação entende-se que o elenco dos diversos tipos de animais não é mera aglomeração redundante. Pois um termo coletivo teria sido suficiente para mencionar todas as espécies do mundo animal. Significativa é a referência ao habitat desses animais, em analogia com o respectivo território onde um determinado animal sagrado era adorado. Esses animais eram símbolos dos deuses tutelares dos respectivos

territórios, cujos habitantes lhes prestavam o culto idolátrico. Já que cada território tinha o próprio animal sagrado, aumentava consideravelmente o número desses animais. Animais nocivos que fossem sagrados viviam incólumes e assim proliferaram e invadiram outros territórios. Se ali fossem abatidos, surgia um conflito entre os moradores obrigados a vingar o crime de lesa divindade. Com efeito, a multiplicidade de animais sagrados causou contínuos conflitos entre os idólatras do Egito.

O elenco de animais sagrados abrange os seguintes espécimes dos “peixes do mar”: p.ex. peixe (deusa *Neith*), etc.; “aves do céu”: p.ex. falcão (deus *Horus*), etc.; “animais domésticos”: p.ex. boi *Apis* (deus *Ptah*), etc.; “animais selvagens”: p.ex. pantera (deusa *Mafdet*), etc.; “répteis”: p.ex. cobra (deusa *Emutet*) etc.

Conclusão

A Bíblia trata da autocomunicação de Deus como Criador e Benfeitor da humanidade. A obra da criação tem sua procedência em Deus e não se confunde com a divindade, nem procede da ação de um demiurgo. Em vista disso a experiência religiosa na vida humana não se mescla com os fenômenos naturais do cosmo, mostrando-nos que Deus não vem ao encontro do homem através da natureza. É que a religião bíblica trata da manifestação de Deus que se revela mediante acontecimentos históricos do Povo de Deus. Entretanto, a natureza e o espaço ambiental não são meramente o palco da vida terrena da humanidade, como se ela se desenrolasse independentemente dos fenômenos naturais, pois são esses que determinam a mudança do rumo de toda uma população, haja vista as migrações dos povos por causa da seca, da poluição das fontes de água, a deteriorização do solo sáfaro e o esgotamento dos recursos

para a sobrevivência. Implicado nisso é o problema da densidade populacional em algumas regiões, problema que no passado se resolvia pela migração de clãs e tribos, mas com o correr dos tempos se torna inviável. De modo algum se resolve esse problema pela partilha dos recursos das famílias, apelando-se à filantropia e à solidariedade social para aliviar a carência geral.

A novidade da mensagem bíblica é o papel da criatividade do gênero humano na colaboração com o Criador em manter e continuar a obra da criação. A mais importante e deveras a mais nobre de todas as ações co-participantes é a preservação e propagação da espécie humana através da paternidade, o maior milagre em que os pais de família participam: trazem ao mundo uma vida nova, uma vida que é ao mesmo tempo parte do gênero humano e parte transcendente, uma vida que como criação divina implica responsabilidade em seu constante desvelo e solicitude.

A continuidade da espécie humana ultrapassa os direitos de pessoas individuais ou de grupos humanos, promovendo interesses econômicos, controle dos recursos não renováveis e sobretudo de matérias-primas. Novos desafios têm que ser enfrentados, tais como a explosão demográfica e a resolução dos povos desenvolvidos de aumentar ou ao menos manter seu nível material de vida, defrontando-se com os problemas do esgotamento de recursos e da poluição do meio ambiente. Aqui reside o

aspecto primordial da ecologia, na medida em que determina todos os demais, reciclando materiais descartados, e possibilitando aos menos aquinhoados da sociedade o acesso aos desperdícios para que possam cultivar o solo com seus microorganismos, regenerando a terra. O que provoca resultados positivos é o redimensionamento das metas de algumas instituições públicas em colaboração com o poder econômico, através de subvenções, concessões, doações, isenções fiscais etc. em benefício de empresas que se dedicam a recuperar áreas devolutas tornando-os produtivas e viáveis à estabilidade da população local.

A Bíblia tem um ensinamento precioso a dar para a humanidade e para a sua missão na vida: "não há céu sem terra". É um ensinamento que gerações anteriores duramente adquiriram e constitui o legado que precisa ser transmitido aos pósteros. Trata-se da história sobre a origem donde vieram e sobre a meta para onde vamos indo coletivamente. Temos de ensinar aos jovens a grande história que começou bem antes de nós nascermos e que continuará depois de cessarmos de existir, mas na qual eles têm uma função que só eles podem desempenhar.

Luis Stadelmann, SJ. Teólogo.
Biblista. Professor de Bíblia

Endereço do autor:

Cx. Postal 135
88010-970 Florianópolis - SC
E-mail: lstadelmann@yahoo.com

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE

- 1 - Que contribuições a ciência nos dá para entendermos a criação do ser humano, por ação de Deus?
- 2 - O homem, a mulher têm poder de decidir por si mesmo/a o que é bom ou mal e agir à luz desse conhecimento. A violência que assistimos e sofremos é ausência desse conhecimento de bem e mal?

Algo sobre o que a Vida Consagrada disse em Aparecida¹

MARIA DE LOS DOLORES PALENCIA

Introdução

De 13 a 31 de maio de 2007 nos encontramos vários religiosos e religiosas em Aparecida, Brasil. Estiveram presentes os superiores e superiores gerais que representavam as congregações mais numerosas na América Latina e no Caribe; uma irmã beneditina, brasileira, representando os mosteiros e conventos contemplativos; oito religiosos e nove religiosas de diferentes países do continente, uma consagrada representante dos Institutos Seculares da América Latina e Caribe (CISAL) e três representantes da presidência da CLAR.

Partindo da minha experiência pessoal e recolhendo várias expressões ouvidas de outros religiosos e religiosas, quero partilhar alguns elementos do que expressamos na V Conferência. A vida consagrada pôde expressar-se diante da assembléia do episcopado por alguns minutos em quatro ocasiões; vários de nós buscamos o diálogo pessoal com os bispos nos horários de descanso e das refeições; todos e todas pudemos participar dos vários grupos, partilhar com os leigos e leigas, com os observadores cristãos e não cristãos, com os presbíteros e os peritos. Como grupo de religiosas e religiosos em várias ocasiões nos reunimos nos momentos livres para partilhar nosso sentimento a respeito do que se vivia na assembléia, os temas e a maneira de com que eram abordados

e sobre o desconhecimento e o silêncio relativo à missão da vida consagrada hoje em nosso continente.

Muitas vezes nos perguntamos: Como nos vêem, como nos conhecem nossos bispos na América Latina e no Caribe? Valorizam a nossa vocação própria, nossos carismas, nossa missão? É possível encontrar caminhos de relações recíprocas, em igualdade e justiça, com sinceridade, sem etiquetas transmitidas de uns aos outros, para que nossas experiências eclesiais produzam vida em Jesus Cristo a serviço de nossos povos?...

Em algumas ocasiões, simplesmente constatamos o desconhecimento, a não valorização, a ofensa, a indiferença, as etiquetas ou a ignorância diante do que somos e queremos viver. É bom dizer também que encontramos em alguns bispos, sacerdotes e em vários leigos e leigas, apreciação, proximidade, carinho pela vida religiosa e agradecimento pelo seu testemunho.

Nesse contexto a vida religiosa disse sua palavra, inclusive, algo do que foi expresso, foi escrito e partilhado. É possível que tenha chegado à imprensa. Entretanto não creio que isto tenha sido o mais importante. Penso que a vida religiosa disse a sua palavra também por seu testemunho claro de comunhão, de serviço, de unidade na diversidade, de compromisso com os mais pobres e excluídos do continente.

¹ Tradução de Testimonio n. 223, setembro/outubro 2007, pp. 29-37.

Pela abertura e diálogo em todos os níveis e o desejo de comunhão com os pastores e de seguimento radical até as últimas conseqüências. Este testemunho, em algumas ocasiões, foi apreciado e confirmado pelos bispos, ainda que nem sempre ou nem por todos; houve também questionamentos e reclamações ou acusações. Creio que não devemos deixar de lado ou fazer-nos de surdos a estes comentários, sejam justos ou não, fundamentados ou não. Eles podem nos levar a rever a verdade de nossas vidas, nossa coerência, e com uma grande liberdade seguir em frente.

O importante durante a V Conferência, não era que a vida religiosa fosse reconhecida ou aplaudida por suas obras ou palavras... O importante era dizer publicamente, fazer profissão do sentido de nossas vidas na alegria e na esperança pela seqüela de Jesus Cristo para viver hoje, junto com todo o povo de Deus, o evangelho na América Latina e no Caribe, ao lado dos mais pobres e marginalizados e no nosso contexto cultural e social, sabendo que a nossa vida deve ser um dom e um carisma que lembre sempre à Igreja o radicalismo das bem-aventuranças e isto não será sempre entendido, compreendido ou bem recebido pela sociedade e pela própria comunidade eclesial.

A palavra da vida religiosa se situou a partir da realidade premente dos povos do nosso continente, que gemem sob um sistema globalizante neoliberal.

I. A partir de onde a Vida Religiosa falou em Aparecida²

1. A partir da realidade na qual vive e deseja viver, no limite

A palavra da vida religiosa se situou a partir da realidade premente dos povos do nosso continente, que gemem sob um sistema globalizante neoliberal, pelo qual a brecha entre ricos-milionários e pobres-sobrantes se faz cada vez maior; a partir dos sujeitos emergentes mais desfavorecidos como são as mulheres,

os indígenas, os afro-descendentes, os migrantes, as crianças, jovens e anciãos em situação de risco, de rua, de maltrato. Partindo do compromisso com a criação, no respeito pela terra e na denúncia das violações a um desenvolvimento sustentável, aos direitos humanos e à justiça, fazendo-se eco da palavra do evangelho dirigida a toda a huma-

nidade: *"Vim para que todos tenham vida e vida em abundância"*³. Os religiosos e religiosas presentes nos diversos grupos constituídos segundo os temas, junto e em diálogo com vários leigos e leigas pudemos contribuir para enfatizar certos aspectos da realidade neoliberal do nosso

² Farei referência direta ou indiretamente às apresentações feitas pelo Pe. Pascual Chávez, Superior Geral dos Salesianos, presidente da União de Superiores Gerais; pelo Pe. Ignacio A. Madera V., SDS, Presidente da CLAR; pelo Irmão Edgardo Bruzzoni, HSF, representante dos Irmãos Religiosos e a apresentação que eu fiz em nome da vida religiosa feminina, elaborada por todas as religiosas presentes.

³ João 10, 10.

continente, a questionar estruturas eclesiais que já não são uma resposta, a reconhecer a contribuição e o testemunho das CEB's, os importantes momentos político-econômicos que vivem todos os nossos países por causa da globalização e da tecnologia, diante da marginalização e da ignorância, a importância do diálogo inter-cultural, inter-religioso, ecumênico e da linguagem que usamos, etc.

A vida religiosa do continente latino-americano e do Caribe, vive também a crise que a humanidade atravessa; sofre com as dificuldades para se transformar e se adequar a um novo paradigma cultural que está em gestação contínua e que desafia e desacredita todas as instituições.

muitas vezes também nós feridos; solidários e solidárias nesta tarefa comum de fazer nosso mundo "outro mundo possível"⁴ para uma humanidade nova, mais à imagem e semelhança de Deus-Amor.

"Definir a vida consagrada como uma vida 'samaritana' implica não só contemplar o itinerário percorrido por estas duas figuras bíblicas (Jo 4 e Lc 10), mas também assumir e fazer própria a condição social de um grupo, como os samaritanos nos

*tempos de Jesus, que vivem "à margem" da sociedade e da Igreja*⁵, renunciando a privilégios.

2. A partir da razão de sua esperança: o chamado ao seguimento radical: Mística e profecia

A palavra da vida religiosa se colocou a partir da esperança e da fé que nos anima, pelo chamado recebido, pelo convite à seqüela de Jesus Cristo, porque cremos firmemente que o Crucificado é o Ressuscitado e que Ele nos convida a estar ao lado dos crucificados da terra. Não confiantes em nossas capacidades e em nossas qualidades, mas sim a partir da consciência da nossa fragilidade e do nosso pecado, em profunda proximidade e comunhão com nossos povos. Não como membros de um estado de perfeição, mas sim como irmãos e irmãs, solidários com os feridos e feridas do caminho,

3. A partir da verdade da nossa situação atual: "Trazemos um tesouro em vasos de barro"

Nós nos colocamos a partir da verdade da nossa realidade hoje: a vida religiosa do continente latino-americano e do Caribe, vive também a crise que a humanidade atravessa; sofre com as dificuldades para se transformar e se adequar a um novo paradigma cultural que está em gestação contínua e que desafia e desacredita todas as instituições. A vida religiosa não tem hoje todas as respostas, nem a clareza dos ca-

⁴ Apresentação do Presidente da CLAR diante da V Conferência, Pe. Ignácio A. Madera V., SDS. "Esta é a nossa ilusão e a nossa esperança. A paixão por Cristo que continua nos estimulando a uma paixão pela humanidade de modo que, em testemunho de comunhão eclesial, possamos contribuir à construção de outra América Latina e caribenha possível, fundada nos valores do Evangelho".

⁵ Relatório dos Superiores Gerais para a V Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e do Caribe. Pe. Pascual Chávez, SDB.

minhos a seguir. Estamos, junto com toda a humanidade, à procura de humanização, com fragilidades e feridas que dificultam a fidelidade da nossa seqüela. Entretanto, reafirmamos profundamente o absoluto de Deus-Amor como sentido de nossas vidas, fazemos nosso o projeto do Pai que Jesus Cristo nos mostrou: *"Que todos sejam um"*⁶. Buscamos e caminhamos na fidelidade criativa, tentando e experimentando com os olhos fixos em Jesus, na humanidade e nos carismas recebidos de nossos fundadores e fundadoras. *"A mensagem é clara: no mundo a vida consagrada tem a missão específica de cultivar uma forte experiência de Deus e aproximar a Deus o homem e a mulher feridos, abandonados à margem do caminho"*.

II. Alguns aspectos específicos do que se expressou em Aparecida

1. Queremos "ser" discípulos e discípulas ao lado de Jesus, ser missionários e missionárias e que nossa "ação" esteja impregnada da compaixão misericordiosa, gratuita, próxima, amável de Jesus.

A vida religiosa disse em Aparecida que sua radical solidariedade com a humanidade é um sinal da proximidade de Deus, de sua encarnação compassiva e amorosa. Por esta razão a vida religiosa não quer ser conhecida ou valorizada pelo que faz, mas sim pelo que é e pelo que

deseja ser: sinal do amor gratuito de Deus por toda a humanidade, e de maneira clara e definida, por todos que nesta humanidade não têm acesso ou são privados da vida, dos meios para viver com dignidade como filhos e filhas, como irmãos e irmãs. Isto se fez verdade durante séculos no continente latino-americano e em outros continentes.

A vida religiosa anunciou o Evangelho em muitos e diferentes espaços e situações no campo, na cidade, nas periferias, na educação, através da saúde, da ação social. Tem sido uma presença da ternura de Deus, no meio dos abandonados, dos excluídos, dos escravizados; ao longo da história, graças à sua paixão por Deus e pela humanidade, uma paixão que a tornou capaz de se renovar e de ir para frente, até a cruz e o martírio. *"Nos lugares mais difíceis, abraçados a toda a miséria humana, partilhando a vida com tantos nossos irmãos e irmãs que sofrem, a vida religiosa é a presença da Igreja comprometida com generosidade e altruísmo"*⁸.

Muitos religiosos e religiosas latino-americanos e caribenhos, ou de outras nacionalidades, derramaram o próprio sangue em nosso continente, testemunhas do Evangelho, anunciadores do Reino, da justiça, do amor, da alegria, da paz. Recordamos o testemunho da nossa Irmã Dorothy Stang, americana de 73 anos morta há dois anos no Brasil.

"Estou convencido de que a vida consagrada representa uma verdadeira terapia para nossa sociedade e um dom para a Igreja, de modo que ela é um sinal visível e crível da presença e do amor de Deus ('mística'), que é uma instância crítica em relação a tudo o que atenta contra a

⁶ João 17, 21.

⁷ Pe. Pascual Chávez, SDB.

⁸ Apresentação do presidente da CLAR ante a V Conferência, Pe. Ignácio A. Madera V., SDS.

pessoa humana, entendida segundo o desígnio de Deus ('profecia'), e que é solidária com a humanidade, especialmente a mais pobre, necessitada, excluída ('diaconia')⁹.

2. Queremos viver um caminho alternativo em relações recíprocas

A vida religiosa expressou também seu ser "como caráter alternativo nesta sociedade da América Latina e do Caribe, outra forma de viver com sentido"¹⁰, e pediu que a V Conferência reconhecesse "o sentido e o valor do nosso estilo de vida e de sua original condição dentro da santa Igreja"¹¹, fortalecendo as relações¹² de comunhão com nossos pastores, graças ao conhecimento mútuo e às relações de amizade sincera.

A vida religiosa é chamada a situar-se a partir do deserto e da periferia, contra a corrente em relação aos projetos contrários ao Reino. Se vivermos isto com coerência, não será estranho que sejamos suspeitos para todos os centros de poder, sejam eclesiais, civis ou de qualquer índole.

Se nossos pastores e nossas comunidades eclesiais conhecerem e compreenderem a fundo o dom e o carisma da vida religiosa, poderão não somente aceitar-nos e respeitar-nos, mas também sustentar-nos e apoiar-nos nestes compromissos

arriscados e conflitivos. Nossa abertura para buscar com todos os meios o diálogo e a informação adequada a toda a Igreja, povo de Deus, é parte desse esforço para viver a comunhão, a participação e a responsabilidade de anunciar e de denunciar oportuna e inoportunamente em qualquer âmbito.

3. Queremos ser fiéis a nossas vocações específicas, a nossos carismas fundacionais

Ao longo dos anos e dos séculos a vida religiosa correu os riscos de toda instituição e se deixou ancilosar com estruturas, tradições, mitos, esquemas, regras... porém no princípio de nossas fundações não foi assim. A maioria de nossos fundadores e fundadoras começaram de maneira muito simples, com poucos amigos ou seguidoras, na pobreza, livres de instituições grandiosas, julgados loucos ou vistos com desconfiança e descrédito, às vezes tiveram que começar clandestinamente, sem esperar nenhum reconhecimento eclesial ou civil, na total liberdade.

Sua paixão e sua relação pessoal, íntima, estreita com Deus, os levou a querer "imitar", reproduzir, viver o ser e o agir de Jesus e, a partir dos sentimentos e das entranhas de Jesus, são capazes de ver, de sentir como própria, a paixão da humanidade sofredora de suas

A vida religiosa é chamada a situar-se a partir do deserto e da periferia, contra a corrente em relação aos projetos contrários ao Reino.

⁹ Pe. Pascual Chávez, SDB.

¹⁰ Pe. Ignácio A. Madera V., SDS.

¹¹ Ibid.

¹² Vida religiosa masculina. Religiosos clérigos e religiosos irmãos. Ir. Edgardo Bruzzoni, HSF.

épocas e tempos... Desejaram anunciar uma mensagem específica do Evangelho, tornando possível outro mundo, outra sociedade. Assim surgem ordens e congregações de sacerdotes, de irmãos, de irmãs, com associados leigos. O carisma vivido como missão reúne, convoca, atrai, confirma. Esta missão-serviço, leva a tarefas apostólicas, a trabalhos específicos que expressam o carisma; porém o importante não são os trabalhos que fazem, mas o que desejam ser e viver.

Em Aparecida pudemos expressar alguns traços da vocação própria dos irmãos religiosos¹³, pouco reconhecidos e valorizados por não serem sacerdotes; pudemos insistir na importância do carisma religioso dos sacerdotes, que não são principalmente dispensadores de sacramentos, párocos, mas têm uma contribuição específica devido a seu carisma. *"É bom destacar o esforço constate que os religiosos fazem, tanto clérigos como irmãos, por dar de novo significado e voltar ao carisma original dos fundadores para vivê-lo hoje em fidelidade criativa ao Evangelho e à Igreja, procurando outras formas de presença no povo de Deus"*¹⁴.

Insistimos no papel da vida religiosa feminina na América Latina e no Caribe, em lugares difíceis, que estabelecem uma proximidade

e encontro privilegiado com nossos povos simples.

A vida religiosa contemplativa falou de seu desejo de ser escola de oração e de encontro com Deus para a humanidade em busca; acompanhar espiritualmente a quem deseja e necessita deste apoio sororal; contemplar a realidade e orar em comunhão eclesial pela paz e pela justiça; favorecer em seus conventos e mosteiros o diálogo inter-cultural, o ecumenismo, o diálogo inter-religioso; uma vida pobre, laboriosa, solidária que seja alternativa aos modelos de competência, de exclusão e individualismo; a responsabilidade no cuidado da natureza e dos bens para agir contra os atentados do consumismo contra o eco-sistema¹⁵.

Com respeito à vida religiosa feminina ativa, insistimos no chamado a revitalizar nossa vida em comunidade, voltando ao radicalismo da inspiração da fundação carismática.

Com respeito à vida religiosa feminina ativa, insistimos no chamado a revitalizar nossa vida em comunidade, voltando ao radicalismo da inspiração da fundação carismática. Expressamos nossa alegria pelas vocações que nos chegam dos ambientes de inserção pobre, popular, indí-

genas, afro-descendentes, reconhecendo com simplicidade que exigem acompanhamentos longos, profundos, lúcidos. Reconhecemos nossas contribuições nos serviços tradicionais, porém também o chamado a uma vida religiosa mais disponível, "leve de bagagem" que, como

¹³Ibid. "A identidade dos irmãos é laical, consagrada, fraterna e solidária. Porém esta identidade é pouco gratificante e repetidamente pouco reconhecida. Esta identidade se encontra em tensão entre o espiritualismo e a clericalização, o profissionalismo e a sobrecarga de trabalho em detrimento de uma vida vivida em comunidade".

¹⁴Ibid.

¹⁵Vida Religiosa Feminina. Vida Monástica e contemplativa. Ir. Ma de los Dolores Palencia G., hsjl.

nossos irmãos e irmãs migrantes, esteja sempre pronta para partir, para inculturar-se e para desenraizar-se, mudar de lugar e de presenças, em novos cenários e com novos sujeitos teológicos, em situações de limite e de periferia e além das dioceses ou fronteiras nacionais, em busca de um sonho, muito mais forte que o americano... o sonho do Reino em "outro mundo possível"¹⁶.

E expressamos a nossos bispos o desejo que a V Conferência aceitasse e encorajasse nosso desejo de viver mais radicalmente, "...em escuta e docilidade à novidade do Espírito, a partir da gratuidade e da pequenez, com novas formas de vida comunitária e de serviço e assumindo os riscos com audácia e generosidade..."¹⁷. Pedimos a eles orientação e luz para viver o desafio da mudança de época em nossas próprias vidas pessoais e comunitárias e ao lado de nossos povos empobrecidos, no respeito de nossa identidade como vida religiosa feminina leiga, não somente como "mão-de-obra barata". Insistimos na necessidade de con-

seguir maior colaboração no trabalho, para que seja feito em equipe e em igualdade de condições, com os pastores, com os sacerdotes diocesanos e religiosos, com os leigos e leigas, todos discípulos, membros de um único povo de Deus.

**Insistimos na
necessidade de
conseguir maior
colaboração no
trabalho, para que seja
feito em equipe e em
igualdade de
condições, com os
pastores, com os
sacerdotes diocesanos e
religiosos, com os leigos
e leigas, todos
discípulos, membros
de um único povo de
Deus.**

Finalmente, a vida religiosa feminina disse *"ser testemunha e participe do papel importante de todas as mulheres de nosso continente e assumiu com simplicidade esta missão de:*

- acolher a vida de Deus em uma experiência profunda e diária de encontro pessoal e comunitário na contemplação;
- gerar vida promovendo e suscitando os germes de vida e de evangelho;
- cuidar da vida humana e da criação ameaçadas, se for necessário dando a

vida (recordamos o testemunho de nossa Irmã Dorothy Stang, americana de 73 anos morta há dois anos no Brasil).

*Com gratuidade, alegria e esperança, junto com muitas mulheres de nossos povos e de nossa Igreja latino-americana, queremos manifestar a ternura, a compaixão, a misericórdia de nosso Deus e seu rosto materno que acompanha nossos povos sofredores, abandonados e explorados"*¹⁸.

Conclusão

Os religiosos e religiosas falaram em Aparecida, com palavras, com o trabalho, com o testemunho de vida eclesial...

Os religiosos e religiosas dialogaram em Aparecida, com os pastores, com os leigos e leigas, com os presbíteros, com os observadores

¹⁶ Ibid. vida religiosa feminina apostólica, sociedades de vida apostólica.

¹⁷ Ibid.

¹⁸ Ibid.

cristãos, com todas as pessoas sendo "povo próximo, de tantos outros"...

Os religiosos e religiosas constataram em Aparecida a realidade de nosso continente, a realidade das estruturas eclesiais, o desconhecimento com respeito a nossa identidade, nossa vida, nossa missão...

Os religiosos e religiosas em Aparecida renovamos nossa esperança e nossa decisão de continuar entregando a vida a cada dia, buscando em fidelidade criativa, mística e profeticamente os caminhos e as transformações necessárias, na liberdade e no abandono como nossos fundadores e fundadoras.

A vida religiosa falará na América Latina e no Caribe se a sua vida, seu ser e seu trabalho forem verdadeiramente presença amorosa de Deus compassivo e misericordioso para todos

nossos irmãos e irmãs e em especial para os sofredores e excluídos. Somente assim será palavra de Deus, dom e carisma para todos.

"O que para mim era lucro eu o tive como perda, por amor de Cristo... esquecendo-me do que deixei para trás, lanço-me plenamente para o que está adiante..."¹⁹

Tradução: Aurea Marin Burocchi

Maria de Los Dolores Palencia é Presidente da
Confederação dos Superiores Maiores
dos Religiosos do México.

Endereço da autora:
Dieciocho 136
Casilla 9501
Santiago - Chile

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE

- 1 - Que meios estou usando para que minha vida religiosa e a de minhas irmãs e irmãos se revitalize mística e profeticamente? O que é necessário transformar, deixar, mudar? Como podemos viver este tempo de silêncio e de crise?
- 2 - Estou e estamos vivendo hoje com a liberdade, a paixão e a alegria semelhantes às que inspiraram o fundador ou fundadora no início?
- 3 - Como podemos favorecer as relações recíprocas, em igualdade de condições e respeito com os pastores, com os sacerdotes diocesanos, os leigos e leigas, para favorecer um compromisso radical de serviço e acompanhamento aos mais excluídos?
- 4 - Conscientes do desconhecimento e da pouca compreensão do carisma e identidade da vida religiosa, como posso e podemos em comunidade viver coerentemente esta vocação, sem um excessivo desgaste afetivo e efetivo, em comunhão e sendo carisma para a Igreja?

¹⁹ Fil 3, 7-14.